

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Proposta desvincula financiamento da Receita Federal 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF poderá quebrar sigilo do programa de repatriação 4

O GLOBO - RJ - PAÍS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deputado usou verba pública em empresa de amigo 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: prova de vida continua suspensa 8

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
SEGURIDADE SOCIAL

STF facilita aposentadoria para quem já usou auxílio-doença e pode levar a rombo de R\$ 87 bi na Previdência 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Líderes no Senado reagem a PEC que acaba com piso de saúde e educação 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Votação da PEC Emergencial deve ser adiada 13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

PEC deixa de lado servidores e mira educação e saúde (3) 15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Tem hora em que até o otimista cansa - NILSON TEIXEIRA 17

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SERVIDOR PÚBLICO

Reação à troca na Petrobras foi 'bolha histórica', diz Lira 19

A GAZETA - MT - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Auxílio emergencial é necessário; corte de salários não (2) 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fim do piso para educação significa repetir práticas de duas ditaduras 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Auxílio emergencial será pago com aumento na dívida pública 25

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Intervenção cria alerta em todo setor de infraestrutura 27

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Paulo Guedes: 10 casos em que o ministro foi escanteado antes da intervenção na Petrobras . . . 29

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Irresponsabilidade populista de Bolsonaro sairá caro para toda a sociedade 33

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tabata Amaral: Contrapartida a auxílio emergencial vai acabar com o Fundeb 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

TCU pode investigar mudança 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Decisão no caso Flávio põe em risco provas e prisão de Queiroz 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro obriga postos a informar composição dos preços 40

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Acabou a ilusão do liberalismo de Bolsonaro" - CENÁRIO 41

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Majoria no Supremo é contra excluir ICMS da CPRB 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Ipea aumenta expectativa de inflação 45

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsonaro e a caixa de Pandora - ZEINA LATIF 46

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Especialistas criticam fim do piso para saúde e educação 48

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Vacinação lenta vai atrasar recuperação na AL 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro fez estrago à segurança econômica, diz Legacy 51

Proposta desvincula financiamento da Receita Federal

Maria Cristina Fernandes

A desvinculação dos pisos da educação e saúde é o bode na sala do substitutivo do relator, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), às propostas de emenda constitucional 186,187 e 188.

A desvinculação é uma proposta ambiciosa e polêmica, que atinge as três esferas da federação e arrisca desmontar políticas públicas duramente construídas, como o SUS e o Fundeb, mas a reação a ser despertada na sociedade e no Congresso imporá dificuldades grandes à sua aprovação.

Enquanto a plateia se digladiava em torno do tema, o Centrão avança para aprovar três pontos da proposta que pouco despertam a atenção mas têm grande impacto não apenas para as finanças públicas como para a gestão do Estado: o ataque à autonomia da **Receita Federal**, a flexibilização do teto de gastos e a da regra de ouro.

Se essas mudanças forem abrigadas pelo Congresso, as expectativas de contenção fiscal geradas por este substitutivo não apenas se frustram, como se agravam muito. Não há cortes de despesas no substitutivo, uma vez que os gatilhos são facultativos. No limite, prevê-se o congelamento de salários e promoções.

As três mudanças estão nas entrelinhas. A primeira delas é aquela que acaba a vinculação de recursos para o fundo que custeia 70% da operação da **Receita Federal**. Esta mudança está contida na supressão de algumas palavras do inciso IV do artigo 167 da Constituição.

Originalmente o inciso prevê que a vinculação de recursos se destine, entre outros fins, à "realização de atividades da administração tributária". Na nova redação do substitutivo, a frase foi suprimida. A mudança afeta a autonomia da Receita que passa a ter que disputar, anualmente, junto ao governante de plantão e aos parlamentares, os recursos para sua manutenção na elaboração e votação do Orçamento.

A regra de ouro, aquela que limita a emissão de novas dívidas ao pagamento de antigas ou a investimentos, também foi suavizada. O artigo 167 da Constituição ganhou um parágrafo que contabiliza a receita das operações de crédito apenas no exercício financeiro

em que for realizada a despesa.

O teto de gastos não ganhou uma bôia apenas para abrigar o novo auxílio emergencial. Este será custeado por crédito extraordinário justificado por calamidade pública. A mudança sutil contida no texto que saiu da Fazenda - e que atinge o Orçamento como um todo - é aquela contida no artigo 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente, estão previstas vedações em caso de descumprimento do limite de 95% das despesas. Com a PEC, esta vedação ganhou o aposto "na aprovação da lei orçamentária". Na avaliação de especialistas em Orçamento, a expressão abre brecha para que o teto seja cumprido apenas na fotografia da aprovação do Orçamento e não mais ao longo do ano.

As duas primeiras mudanças, do custeio da Receita e da regra de ouro, foram incluídas pelo relator, o senador Márcio Bittar. A terceira veio no texto original do Executivo.

Nem o substitutivo nem a proposta original incluem alternativas para a necessidade de a solução para a política de preços da Petrobras passar por uma solução fiscal. O custeio dessa alternativa, que tem sido acenada o presidente Jair Bolsonaro, aumenta ainda mais a cratera, sem previsão de receita, do Orçamento.

Ao contrário do auxílio emergencial, será difícil enquadrar esta despesa como parte da "calamidade pública". O controle deste dispositivo foi uma das poucas quedas de braço vencidas pelo Executivo na disputa com o Centrão.

Na versão do substitutivo que circulou na segunda-feira, caberia ao Congresso decretá-la. Em sua última forma, a iniciativa volta para o presidente da República.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

STF poderá quebrar sigilo do programa de repatriação

Joice Bacelo Do Rio

O Supremo Tribunal Federal (STF) começa a decidir, nesta sexta-feira, sobre a garantia do sigilo das informações das pessoas que aderiram ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct) - o programa de repatriação. Esse tema será tratado no Plenário Virtual por meio de uma ação ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

A legenda pede para que sejam declarados inconstitucionais dispositivos da Lei de Repatriação (nº 13.254, de 2016). A intenção é de que a **Receita Federal** e o Banco Central possam compartilhar as informações declaradas pelos participantes do programa com outros órgãos públicos de controle - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Tribunal de Contas da União e Advocacia-Geral da União estão entre os exemplos citados pelo PSB.

O sigilo das informações, dizem advogados que atuam para os contribuintes, era uma das "regras de ouro" do programa. Está previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 7º da lei. Os dispositivos proíbem a divulgação e o compartilhamento das informações dos contribuintes-inclusive com Estados, Distrito Federal e municípios -, implicando efeito equivalente à quebra de sigilo fiscal "Essa premissa garantiu a voluntariedade ao programa", diz o advogado Alessandro Fonseca, do escritório Mattos Filho. "O Brasil seguiu as diretrizes da OCDE. Esse programa de anistia não foi algo isolado. Foi um movimento que aconteceu na América Latina inteira." Brasileiros com dinheiro não declarado no exterior puderam regularizar a situação por meio do programa. Havia alguns requisitos: a origem do dinheiro tinha que ser lícita e o contribuinte deveria pagar 15% de imposto e 15% de multa sobre os valores declarados. Em troca, era liberado de responder por crimes como sonegação, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

A primeira fase, em 2016, teve a adesão de 25 mil pessoas físicas e 100 empresas, com arrecadação de R\$ 46,8 bilhões. Já na segunda fase do programa, em 2017, aderiram 1.915 pessoas físicas e 20 empresas. A arrecadação foi de R\$ 1,6 bilhão.

Uma mudança nas regras, agora, afirmam advogados - com as adesões encerradas e as informações já declaradas pelos participantes - poderia provocar uma

"caça às bruxas". As pessoas que aderiram ao programa de repatriação ficariam expostas a novas cobranças e investigações, inclusive na esfera penal.

"Abriria um flanco para aborrecimentos", afirma o advogado Davi Tangerino, sócio do escritório Davi Tangerino Saio de Carvalho. "A Lei da Repatriação diz que a simples adesão ao programa não pode ser motivo de investigação criminal. Mas, se a vedação ao sigilo cair, esse movimento será possibilitado." O julgamento(ADI 5729) se inicia com o voto do relator, Luís Roberto Barroso. Será no Plenário Virtual. Nesse ambiente, os ministros têm até uma semana para proferir os seus votos. Se não houver pedido de vista nem de destaque (que desloca o caso para julgamento presencial), o resultado, portanto, sairá até a meia-noite do dia 5 de março.

"Deve-se respeitar a regra válida no momento em que os contribuintes optaram pela repatriação", diz Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados. O compartilhamento dos dados declarados pelos contribuintes, complementa, permitiria que fossem utilizados para fins diversos dos previstos na lei, o que caracterizaria violação ao direito à não autoincriminação -artigo 5º da Constituição.

Bichara afirma que haveria risco de novas cobranças tributárias. Os Estados, tendo acesso a essas informações, exemplifica, poderão tentar exigir o ITCMD nas hipóteses em que os recursos regularizados tenham como origem doações ou heranças.

A ação contra o sigilo das informações foi ajuizada em 2017. "Surgiu a partir de uma denúncia dos auditores fiscais de que, por causa do sigilo, os documentos dos contribuintes que fizeram as adesões estavam sendo armazenados com o CNPJ da **Receita Federal** e não com o CPF ou o CNPJ do próprio contribuinte", diz Rafael Carneiro, sócio do Carneiros Dipp Advogados, que atua para o PSB.

O partido cita, no processo, a Nota de Arrecadação 006/2016, editada por órgãos de cúpula da **Receita Federal**. Esse documento confirma a troca de CNPJs. Para o PSB, a proibição do compartilhamento dos dados contraria os princípios da moralidade, transparência e eficiência da administração pública.

"Existe exigência na lei, no artigo 1º, de que a origem do recurso tem de ser lícita. Isso não pode ser só para inglês ver. Da forma como está, mesmo havendo regular solicitação da autoridade competente, as informações prestadas pelos repatriadores não podem ser compartilhadas", diz Carneiro.

O PSB cita, na ação, pessoas que teriam se utilizado do programa para regularizar recursos de origem ilícita. Entre eles, Renato Che-bar, apontado como um dos doleiros nas investigações envolvendo o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. Chebar teria afirmado, em delação premiada, que se utilizou do programa, em 2016, para declarar US\$ 4,2 milhões decorrentes de propinas pagas por Eike Batista a Cabral.

O partido também menciona Márcio Almeida Ferreira, ex-gerente da Petrobras. Segundo investigações da Lava-Jato, ele teria aderido ao programa para regularizar cerca de R\$48 milhões oriundos de propina.

Advogados que atuam para os contribuintes contrapõe, no entanto, que o programa nunca esteve completamente blindado. "A lei prevê que as informações não podem ser compartilhadas, mas abre exceção para casos em que há indícios de vícios na adesão, no que diz respeito à origem do dinheiro. As fiscalizações sempre foram permitidas", afirma o advogado Alessandro Fonseca.

Ana Carolina Monguilod, sócia do 12ª Advogados, complementa que esse assunto, por muitos anos, foi incluído no Plano Anual de Fiscalização da Receita. Consta no documento de 2020, por exemplo, que no ano anterior 367 contribuintes haviam sido selecionados "com vistas à verificação dos requisitos para adesão e permanência" no programa.

"Tem sido fiscalizado quando merece fiscalização. A grande maioria das pessoas atende às regras do programa. São cidadãos de bem com recursos de origem lícita. Revelaram o seu patrimônio e cumpriram com as exigências do programa. Faz sentido que essas pessoas comecem a ser investigadas desnecessariamente agora? Isso é muito preocupante", diz.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186704

Deputado usou verba pública em empresa de amigo

PEDRO CAPETTI

O deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) contratou uma empresa sem registro na Polícia Federal (PF), de propriedade de um amigo, para fazer sua segurança. Os pagamentos foram feitos com dinheiro da cota parlamentar da Câmara. A empresa tem como diretor comercial um colega de Daniel, policial militar, réu por sessão de tortura.

Na manhã de ontem, agentes da PF estiveram na sede da Global Company para colher documentos e verificar o funcionamento da empresa. Os empreendimentos que atuam na prestação de serviços de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal devem ser credenciados e fiscalizados pela PF. Mas, segundo a corporação, a Global não tem autorização para prestar nenhum desses serviços.

Desde que assumiu o mandato, em 2019, Silveira paga regularmente R\$ 8 mil por mês à empresa Global Company, de Petrópolis, na Região Serrana, referente a "serviço de segurança pessoal e vigilância". A empresa, fundada em 2012, afirma em seu cadastro na **Receita Federal** realizar "atividades de vigilância e segurança privada".

A Global já recebeu R\$ 184 mil, segundo dados da Câmara. Silveira só perde para Flávio Nogueira (PDT-PI), que gastou R\$ 187,3 mil desde o começo desta legislatura com esse tipo de serviço.

APROXIMAÇÃO

A empresa tem como dono o instrutor de Krav Maga Carlos Eduardo Passos de Paula. Ao GLOBO, Paula contou que conhece o deputado desde 2005, quando estudaram Direito na mesma instituição, e que presta serviços de "monitoramento, inteligência e segurança pessoal" desde quando Silveira era pré-candidato. O gasto, no entanto, não consta nas despesas de campanhas apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018.

- Desde 2004 eu conheço o Daniel de vista na cidade, soube que ele foi segurança, mas passei a ter mais aproximação em 2005, na faculdade de Direito. Não tinha muita amizade, mas como eu tenho várias pessoas, policiais, que trabalham comigo, fui

apresentado e começamos a se falar. Em 2016 a gente se conheceu, eu pelo Krav Maga, ele pelo Muay Thai, tínhamos mais coisas em comum, mas em nenhum momento pela política -afirmou.

Paula afirma que o valor recebido é adequado frente aos custos de segurança. O serviço é prestado no Estado do Rio, segundo ele. Em Brasília, a segurança fica a cargo da própria Câmara. Entre os funcionários da empresa está o policial militar Vinicius de Amorim Tosta, réu acusado de submeter seis jovens a uma sessão de tortura em Santa Teresa, na região central do Rio, em 2015. Ele chegou a ser preso, mas hoje divide a atuação como PM com o cargo de diretor comercial da Global, prestando consultorias na área.

No Facebook, Tosta aparece tendo o perfil do deputado no ciclo de amizades. No período em que Tosta supostamente cometeu o crime na UPP Fallet/Fogueteiro, Silveira trabalhava na UPP da Rocinha.

Naquela ocasião, os cinco jovens que voltavam de uma festa na comunidade Santo Amaro, no Catete, na Zona Sul do Rio, teriam sido agredidos com uma faca quente e um isqueiro. Eles também teriam sido obrigados a ficar nus na rua e praticar sexo oral enquanto um dos PMs os filmava. O caso, denunciado pelo Ministério Público Militar, ainda não foi julgado.

O proprietário da Global afirma que não procedeu com a certificação na PF porque "não trabalha com vigilantes armados na empresa". No entanto, ele relatou que as únicas pessoas armadas são os policiais que prestam serviço a ele. Policiais têm porte de arma por prerrogativa da função. O estatuto da PM, no entanto, veda a atuação como segurança privada em horários de folga.

Questionado sobre Tosta, Paula disse que a denúncia tem que ser apurada e que "isso não mancha o caráter de uma pessoa". Por mensagens, Tosta negou que tenha trabalhado na segurança do deputado, disse que atua no "comercial como consultoria" e que não recebe por isso. Sobre o caso em 2015, o militar disse que não iria se manifestar.

Segundo o Regulamento Disciplinar da PM, servidores da ativa não podem ser sócios majoritários nem ter papel de gerência em empresas.

A defesa de Silveira disse que os fatos já foram esclarecidos e que qualquer tentativa de trazê-los à tona, mais uma vez, "corroboram apenas para o assassinato de reputação que se intenta contra o parlamentar."

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

INSS: prova de vida continua suspensa

VERA BATISTA

O governo anunciou ontem que a prova de vida para aposentados e pensionistas - que já tinha sido suspensa durante a pandemia - só vai recomeçar em maio. Ou seja, quem não fez o procedimento, não terá o benefício previdenciário suspenso. E a prova de vida on-line, antes um projeto-piloto, está agora disponível para todos, desde ontem, 23 de fevereiro. O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, explicou que o novo modelo já está funcionando pelo celular, "para dar mais tranquilidade" aos cidadãos.

O presidente do **INSS**, Leonardo Rolim, destacou que mais de 5,3 milhões de pessoas que não fizeram a prova da vida em 2020, em consequência do distanciamento social, agora, podem cumprir essa obrigação sem sair de casa, basta baixar o aplicativo. A grande novidade, segundo o órgão, é a possibilidade de fazer a prova de vida usando apenas um aplicativo, o meu gov.br, e não mais dois aplicativos, incluindo o Meu **INSS**, como era antes. O Meu **INSS** deve ser usado pelo segurado para acompanhar o resultado da prova após o procedimento de cadastro.

O beneficiário que estiver com a prova de vida pendente será notificado pelo Meu **INSS** quando fizer o acesso. "Desta forma, será direcionado para proceder com a prova de vida por meio da biometria facial no aplicativo meu gov.br. Basta baixar o aplicativo nas lojas virtuais Play Store e App Store. Mas caso o cidadão não tenha acesso à internet ou a um smartphone, a prova de vida continua nas agências bancárias. É necessário que o beneficiário tenha um smartphone com câmera frontal, para que a biometria facial seja feita", informa o **INSS**.

A comprovação costuma ser feita na instituição bancária em que o segurado recebe o benefício. Atualmente, o procedimento é presencial, bastando o beneficiário apresentar um documento de identificação com foto (carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação e outros) a um funcionário. Em algumas instituições, a prova de vida já pode ser feita por meio de biometria, direto nos terminais de autoatendimento.

DadosPara a biometria facial, o **INSS** usa a base de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O **INSS** também atua em parceria com a Secretaria de Governo Digital (SGD) e a Dataprev, que farão os

ajustes necessários para garantir a segurança. A prova de vida é obrigatória para os segurados do **INSS** que recebem benefício por conta-corrente, conta-poupança ou cartão magnético. Anualmente, os segurados devem comprovar que estão vivos, como forma de evitar fraudes e pagamentos indevidos de benefícios.

A prova de vida digital será feita por reconhecimento facial, com o uso da câmera do celular do cidadão, no aplicativo do Meu **INSS** e do aplicativo do Governo Digital (meu gov.br) que vai indicar se, de fato, trata-se da pessoa cujo CPF foi informado no cadastramento do **INSS**. O segurado enviará uma foto e será feito o reconhecimento facial por meio de: 1) prova de vivacidade; e 2) prova de identidade. Após essas duas etapas, o aplicativo indica se aquela pessoa é de fato a pessoa do CPF informado no cadastramento.

A prova de vivacidade é da seguinte forma: o cidadão é orientado pelo aplicativo meu gov.br a centralizar o rosto, virar o rosto para a direita, fechar os olhos, sorrir, virar novamente o rosto e fazer a captura da biometria por meio de foto. Seguindo esses passos, é possível confirmar a vivacidade do cidadão. Na prova de identidade, para a biometria ser validada pelo TSE, o cidadão precisa informar o número do título de eleitor e, caso a biometria seja do Denatran, será necessária a data de emissão da Carteira de Habilitação.

STF facilita aposentadoria para quem já usou auxílio-doença e pode levar a rombo de R\$ 87 bi na Previdência

Stephanie Tondo

Agência do **INSS** no Rio: STF decide que período de auxílio-doença conta como tempo para aposentadoria
Foto: Arquivo

RIO - O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o entendimento de que é constitucional considerar o período de auxílio-doença como tempo de carência para ter direito aos benefícios previdenciários, como a aposentadoria.

A decisão tem repercussão geral, ou seja, pode ser aplicada aos casos semelhantes que forem levados à Justiça. E pode resultar em um impacto de R\$ 87 bilhões em 30 anos para o **INSS**, anulando parte da economia prevista com a reforma da Previdência, como antecipou O GLOBO.

Advogado especializado em Direito Previdenciário, João Badari aponta que a decisão foi positiva, pois reafirmou uma decisão que todo o Judiciário já vinha adotando.

- Nada mais justo do que a pessoa que ficou afastada por incapacidade, fazendo uma contribuição, entre também como carência, e não apenas como tempo de contribuição - alegou Badari.

Ela ressalta que a carência é o número mínimo de meses que o segurado do **INSS** deve contribuir para ter direito a aposentadorias e auxílios, como o salário-maternidade.

Segundo Luiz Felipe Veríssimo, advogado do escritório SAFV, as ações mais frequentes são as de segurados que pedem para que o período de afastamento seja considerado para a carência da aposentadoria por idade.

Isso ocorre porque nesse tipo de benefício os únicos critérios de concessão são a idade do trabalhador e a carência, sem a exigência de tempo de contribuição.

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante questionou, porém, o trecho da tese do STF que determina que o

período de auxílio-doença só será considerado para fins de carência se for intercalado com atividade laborativa.

- A decisão está um pouco errada. Como ficam as pessoas que estiverem contribuindo como facultativas, por exemplo? A tese não deveria condicionar à atividade laborativa, mas sim a novas contribuições após o período da licença - afirma Bramante.

A princípio, a decisão do STF deve ser aplicada apenas a ações judiciais. No entanto, os advogados acreditam que a tese pode abrir caminho para que o **INSS** comece a aplicar o entendimento também nos procedimentos administrativos.

- Já não resta mais dúvida quanto a esse tema, seriam processos que só abarrotariam a Justiça - avalia Veríssimo.

Adriane lembra ainda que um memorando publicado pelo **INSS** em maio do ano passado já determinou o reconhecimento do período de auxílio-doença como carência para requerimentos feitos a partir de dezembro de 2019.

A tendência, de acordo com ela, é que a decisão do Supremo abra esse reconhecimento para os demais processos.

Entenda o caso

No caso analisado pelo Supremo, o **INSS** recorreu de uma decisão da Justiça gaúcha, em que foi condenado a conceder aposentadoria por idade a uma segurada que retomou o recolhimento das contribuições após o encerramento do auxílio-doença.

A 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul se manifestou favorável ao uso do período do auxílio-doença para efeitos de carência.

No recurso, o **INSS** sustentou que, de acordo com a Lei da **Previdência Social**, o período de auxílio-doença intercalado com períodos de contribuição é considerado para tempo de contribuição, mas não como carência.

Além disso, alegou que adotar o critério estabelecido pela Justiça e poderia causar desequilíbrio financeiro ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS).

No entanto, o presidente do STF e relator do caso, ministro Luiz Fux, observou que a decisão da Justiça do Rio Grande do Sul está de acordo com a jurisprudência do próprio Supremo.

A Corte já havia reconhecido que devem ser computados, para fins de concessão de aposentadoria por invalidez, os períodos em que o segurado tenha usufruído do auxílio-doença, desde que intercalados com atividade laborativa.

Esse entendimento vale para ações semelhantes que tenham como objetivo a concessão de qualquer tipo de benefício previdenciário.

Considerando, porém, o potencial impacto em outros casos e os diversos recursos sobre o tema que continuam a chegar ao Supremo, o ministro entendeu necessária a reafirmação da jurisprudência. A tese foi decidida por unanimidade.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/stf-facilita-aposentadoria-para-quem-ja-usou-auxilio-doenca-pode-levar-rombo-de-87-bi-na-previdencia-24895638>

Líderes no Senado reagem a PEC que acaba com piso de saúde e educação



Renato Machado, Fábio Pupo e Thiago Resende Brasília

Lideranças de algumas das principais bancadas do Senado reagiram nesta terça-feira (23) à polêmica proposta de extinguir os mínimos de gastos para saúde e educação e passaram a criar obstáculos para a sua votação.

Prevista para esta quinta (25), a votação do projeto que permite o acionamento de medidas de controle de gastos em momentos de crise nas contas públicas poderá ser adiada para a próxima semana, o que seria uma derrota para o ministro Paulo Guedes (Economia).

Nesta terça-feira, o relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, Márcio Bittar (MDB-AC), manteve os pontos polêmicos na versão final de seu relatório.

A equipe econômica defende a ideia de acabar com o piso constitucional para saúde e educação. O argumento é que o Orçamento está bastante engessado, e isso daria poder aos gestores públicos, inclusive ao Congresso, de decidir onde aplicar os recursos. Mas há críticas mesmo dentro da base do governo no Senado.

A retirada desse item da PEC desidrataria ainda mais o pacote de medidas considerado fundamental por Guedes e que tem sido a aposta dele para seguir no governo após derrotas na sua agenda liberal.

A PEC tem o objetivo de apresentar um conjunto de ações de redução de despesas para o ajuste das contas públicas e, além disso, viabilizar nova rodada do auxílio emergencial para trabalhadores informais e

desempregados.

Inicialmente, estava previsto, por exemplo, o corte de jornada e de salários de **servidores públicos** em período de crise fiscal, mas, diante da resistência no Congresso, Guedes cedeu e já deixou esse ponto fora da versão mais recente da proposta.

A manutenção da extinção do gasto mínimo para saúde e educação provocou a reação dos senadores, que passaram a articular formas de adiar a votação. O líder do MDB, maior bancada do Senado com 15 parlamentares, Eduardo Braga (MDB-AM), pediu em plenário o adiamento da votação para a próxima terça-feira (2).

Braga afirmou que o texto não foi apresentado aos demais líderes na data programada, não havendo, portanto, tempo hábil para a construção de um texto consensual.

"Estamos num reforço com Vossa Excelência [presidente Rodrigo Pacheco], com as lideranças desta Casa, lideranças da Câmara e do governo na construção de um texto da PEC Emergencial que represente, de um lado, a responsabilidade social, e, de outro, a responsabilidade fiscal de que o Brasil precisa", afirmou.

"Eu não creio que nós teremos tempo hábil para chegarmos nesta quinta já com um texto amadurecido e suficientemente negociado seja com a Câmara, seja com o próprio governo, seja com as bancadas do Senado", completou.

"Ajuda emergencial é algo extremamente urgente para o povo brasileiro, mas precisamos fazer com a segurança jurídica necessária, com a responsabilidade necessária."

Em reservado, os senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Jean Paul Prates (PT-RN), respectivamente líderes do PT e da minoria, se reuniram com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para solicitar que o item fosse retirado da pauta desta quinta-feira.

No dia anterior, Prates havia afirmado que se tratava de uma "chantagem nefasta" a inclusão da desvinculação dos gastos, como contrapartida ao auxílio emergencial.

O próprio Pacheco reconheceu que havia forte resistência à proposta, que seria discutida com líderes partidários. O presidente do Senado afirmou que não considerava "inoportuna" a inclusão dos polêmicos pontos no relatório, mas acrescentou que a posição do relator Bittar não seria imposta.

"O que nós vamos propor é que possamos sentar os líderes partidários para entendermos justamente o alcance dessa desvinculação e se ela deve ser mantida ou não no texto. Não vai ser imposta a posição do senador Márcio Bittar e nem a minha própria posição em relação a isso", afirmou no início da tarde.

Areação partiu de opositoristas e de integrantes de partidos mais próximos do governo. Em plenário, o líder do PSDB, Izalci Lucas (PSDB-DF), solicitou a retirada do polêmico ponto, para evitar atraso na tramitação da PEC Emergencial e do auxílio. "Percebo que não caberia, sob hipótese nenhuma, colocar nessa PEC o assunto [desvinculação para saúde e educação]. Podemos até discutir em outro momento, mas não na PEC emergencial, que é urgente.

O novo presidente da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), Otto Alencar (PSD-BA), disse que a proposta "não tem chances" de passar.

"Nós aprovamos no ano passado e já foi promulgada a PEC do Fundeb [fundo com recursos para educação], agora vai se desvincular essa questão que foi feita no ano passado? Não dá para ter estabilidade política, administrativa numa situação dessa. É brincadeira aprovar uma PEC [do Fundeb] como aprovou e depois vem uma agora para dizer: 'Não, o que desvinculou no ano passado é para desvincular agora'. Não existe isso."

Na segunda (22), Pacheco não apoiou a extinção total dos pisos constitucionais. Disse que o ideal seria flexibilizar essas regras, mas mantendo uma exigência mínima para essas duas áreas somadas.

Deputados e senadores das bancadas de saúde, educação e ligados ao serviço público também tentarão barrar mudança.

O relatório também permite que o presidente da República proponha a decretação de calamidade pública ao Congresso, que terá o poder de decidir sobre o assunto.

Essa é uma das diferenças entre o texto protocolado e a versão que circulou entre parlamentares nos dias anteriores. Antes, o relatório preliminar mencionava apenas que a decretação da calamidade pública de

âmbito nacional seria uma atribuição exclusiva do Congresso.

Com a calamidade acionada, Executivo e Legislativo seriam dispensados de cumprir regras orçamentárias como a que exige uma compensação para criar medidas que impactem as contas públicas.

A dispensa valeria para medidas que aumentam despesas e para as que reduzem receitas, desde que não representem medidas continuadas e que tenham propósito exclusivo de enfrentar a calamidade.

Folha e FGV debatem novo auxílio após salto na taxa de pobreza

O fim do auxílio, em dezembro, fez com que 2021 começasse com um salto na taxa de pobreza extrema no Brasil. No momento em que governo federal e Congresso procuram realizar mais rodadas de ajuda aos pobres, o país tem mais pessoas na miséria hoje do que antes da pandemia -e mais que no início da década passada, em 2011. Para debater o tema, a Folha e o Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas) promove nesta quinta (25), a partir das 10h, seminário online com a especialistas. Participam os pesquisadores do Ibre-FGV Daniel Duque e Fernando Veloso e o professor do Insper Naercio Menezes.

A mediação será do repórter especial Fernando Canzian.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49447>

Votação da PEC Emergencial deve ser adiada

**GERALDA DOCA, JULIA LINDNER, MANOEL VENTURA,
GABRIEL SHINOHARAE NATÁLIA PORTINARI
economia@oglobo.com.br BRASILIA**

Inicialmente prevista para amanhã, a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que destrava a prorrogação do auxílio emergencial deve ficar para semana que vem. O relator do texto, senador Márcio Bittar (MDB-AC), apresentou oficialmente ontem seu relatório, mantendo o fim dos gastos mínimos com saúde e educação. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Otto Alencar (PSD-BA), disse que a proposta seria apreciada na próxima terça-feira.

A mudança ocorreu após um grupo de partidos iniciar uma ofensiva no Senado para adiar a votação.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MDB-MG), deixou o prazo em aberto: - Vamos ter muita democracia para escolher um bom momento para apreciar a PEC. Não sei da probabilidade, está na pauta de quinta-feira e se manterá assim. Agora, será votada na quinta? Ou será a etapa de um debate mais profundo? -disse Pacheco, ressaltando que se a votação ficar para a semana que vem "não haverá prejuízo".

Para Alencar, após aprovação no Senado, até meados de março, a tramitação na Câmara deve ser rápida. Ele reforçou que a medida provisória que prorroga o auxílio emergencial só deverá ser editada após a promulgação da PEC.

A mudança de data foi defendida durante a sessão pelo líder do MDB, Eduardo Braga (AM), que pediu mais tempo para a apresentação de emendas parlamentares: - Estamos num esforço conjunto para a construção de um texto da PEC Emergencial que represente, de um lado, a responsabilidade social e, do outro, a responsabilidade fiscal de que o Brasil precisa -disse Braga, citando o fato de o parecer do relator só ter sido entregue ontem.

PACHECO: SEM IMPOSIÇÃO

Mais cedo, Pacheco tinha dito que a posição do relator pela desvinculação dos pisos constitucionais da saúde e educação "não vai ser imposta" aos outros parlamentares: -O que nós vamos propor é que

possamos sentar com os líderes partidários para entendermos justamente o alcance dessa desvinculação e se ela deve ser mantida ou não no texto. Não vai ser imposta a posição do senador Márcio Bittar e nem a minha própria.

Parlamentares já cogitam aprovar apenas trecho que libera o benefício e apreciar o ajuste fiscal depois.

Nos bastidores, aliados do presidente do Senado admitem a possibilidade de adiamento. Ao GLOBO, o líder do PT, Paulo Rocha (PA), afirmou que, além do MDB, outras siglas estão empenhadas no adiamento: - Se eles colocam um bode na sala, a gente coloca o rebanho todo - ironizou Rocha, em referência à desvinculação dos pisos constitucionais da saúde e educação.

Na noite de segunda-feira, Bittar tinha dito que as críticas ao seu parecer eram fruto da pressão de corporações: - Quem manda na educação do Brasil não é prefeito, governador; presidente da república, são as corporações - afirmou. - Começa com a eleição para diretores de escola, reitores, sindicatos, eles comandam a educação no Brasil.

Em seu relatório, ele afirma ser "inadequado e irreal buscar a imposição de regras rígidas e inflexíveis para toda a Federação. (...) Essa tutela excessiva, às raias da ingerência, enfraquece nossa democracia, ao impedir que a população possa soberanamente fazer suas escolhas de políticas públicas." Ele diz ainda que "as realidades em nosso país continental são heterogêneas, múltiplas, díspares, e demandam as mais variadas alocações orçamentárias, o que somente pode ocorrer em um cenário de flexibilidade orçamentária." A Constituição hoje exige que estados e municípios apliquem ao menos 25% da receita na educação.

No caso da União, o percentual mínimo era de 18% até 2017.0 teto de gastos, porém, estipulou que a partir de 2018 a União investirá no mínimo o mesmo valor de 2017 mais a **inflação** do ano anterior medida pelo IPCA.

Na Saúde, o percentual mínimo é de 12% da receita, para estados, e 15%, para municípios. O piso da União também é atualizado pelo IPCA.

MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS

O texto da PEC prevê o pagamento do auxílio emergencial sem o corte de gastos de forma imediata. Mas prevê congelar salários e contratação de **servidores públicos** por dois anos a partir da decretação do estado de calamidade pública, que depende de solicitação do Executivo e autorização do Congresso.

O auxílio emergencial ficará fora das metas fiscais, do teto de gastos (que limita as despesas da União) e da regra de ouro (que impede o endividamento para pagar despesas correntes).

O texto também acaba com a destinação de 28% da arrecadação do PIS e Pasep ao BNDES. Além disso, o governo terá de encaminhar, em seis meses a partir da promulgação da PEC, um projeto ao Congresso para detalhar cortes de benefícios tributários. Os cortes deverão ser de 10% no primeiro ano. Os custos desses benefícios deverão cair dos atuais 4,2% do **PIB** para 2% em oito anos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PEC deixa de lado servidores e mira educação e saúde (3)

A PEC emergencial que chega para o voto do Senado amanhã abre o caminho para a sustentação do teto de gastos, com gatilhos para deslanchar medidas de equilíbrio, e com a criação de um estado de calamidade nacional, com medidas para evitar o aprofundamento de crises fiscais.

Não há uma mudança de qualidade clara entre o esforço que União, Estados e municípios terão de realizar em uma situação normal de aperto fiscal - que se prolonga por seis anos - e a de calamidade, exceto o grau de liberdade concedido ao Executivo para esquecer por algum tempo o teto de gastos. O relator Márcio Bittar (MDB-AC) resolveu eliminar o piso obrigatório de gastos com saúde e educação, que afetam a maioria dos brasileiros. Corte de salários proporcionais ao corte de jornada do funcionalismo foi deixado de lado, talvez por ser politicamente inviável.

No curto prazo, pouca coisa deve mudar. O auxílio passará ao largo da PEC como crédito extraordinário - ainda sem montante e o teto de gastos e não afetará a meta de déficit fiscal, de R\$ 247 bilhões, de um Orçamento ainda não votado. O espaço para mais gastos poderá ser aberto, inacreditavelmente, com a desvinculação dos recursos destinados à saúde e educação. É uma saída muito polêmica e um desvio inaceitável.

A sensibilidade social do governo se mostrou mais uma vez pelas sucessivas tentativas de arrumar dinheiro (pouco) dentro do teto para o novo auxílio. Foi proposta a desindexação das aposentadorias acima de um salário mínimo. Na versão mais recente, cogitou-se retirar a obrigatoriedade de correção do salário mínimo, assim como a do seguro-desemprego e de outros benefícios sociais. Essas idéias foram ficando, felizmente, pelo caminho.

O caminho da PEC busca se desviar da rota de colisão com os lobbies corporativos dos funcionários públicos, uma minoria bem remunerada e protegida em relação à imensa maioria dos brasileiros. A folha de pagamentos da União é sua segunda maior despesa -

R\$ 363,4 bilhões previstos para 2021.0 governo não pretende, e o Centrão não quer, mexer nesse setor. Apesar do congelamento do salário dos servidores neste ano, os militares receberão aumentos. A

possibilidade de corte de até 25% com redução de jornada é crucial, mas foi abandonada. O relator Márcio Bittar assinalou corretamente em seu parecer: "A redução de remuneração com redução da jornada constitui, dentre as medidas previstas, a única efetivamente capaz de acarretar uma diminuição da despesa com pessoal. As demais somente poderão evitar que ela continue a crescer". A proposta foi desprezada.

A primeira fonte de despesas da União, a Previdência, já foi objeto de uma reforma que começa a dar frutos. Mesmo assim, o governo tentou atingir as aposentadorias via congelamento do salário mínimo, provando uma distribuição de renda ao reverso - a cada 0,1% adicional do INPC, são cerca de R\$ 700 milhões de economia com a Previdência. Mas a "maldade" atingiria todos os trabalhadores que ganham o mínimo, quando mal há emprego.

O relator optou pela mudança nos recursos na saúde e educação, com apoio do novo presidente da Câmara, Arthur Lira. Eles consomem R\$ 219,4 bilhões (Orçamento de 2021), muito menos que as despesas com funcionalismo. Não se trata só de números, porém. É inacreditável que durante uma pandemia mortal a correção de gastos de um Estado paquidêmico recaia sobre saúde. A covid-19, além disso, atrasou a instrução de todos em um ano e esse tempo perdido que precisa ser recuperado, principalmente nas escolas públicas - com menos recursos, se a PEC for aprovada. Antes, o governo sugeriu segurar o aumento de verbas ao Fundeb.

A discussão das vinculações são complexas e já deveriam ter sido enfrentadas pelo Congresso, mas não deveriam entrar de afogadilho em uma PEC Emergencial que está no Congresso desde 2019 e que foi desfigurada. Pior, para fazer a desvinculação, a PEC muda o capítulo dos direitos sociais - moradia, trabalho, saúde, educação etc - acrescentando um parágrafo: em sua promoção, "deve ser observado o equilíbrio fiscal intergeracional". Com uma pena vai-se parte importante da Constituição de 1988. Essa discussão é crucial, as opções em país pobre como o Brasil são exíguas, mas este é outro tema importante demais para ser deixado nas mãos do governo Bolsonaro e dos arrivistas do Centrão.

Pelo desejo dos líderes do Congresso, a aprovação da

PEC no Senado bastará para que uma MP deslanche o pagamento do auxílio. Pelas ambições iniciais e pelo resultado final, a montanha governista pariu um rato bem feio.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Tem hora em que até o otimista cansa - NILSON TEIXEIRA

NILSON TEIXEIRA

A curva de juros embutia na última segunda-feira uma alta da taxa Selic de 345 pontos base (pb) em 2021, 250 pb em 2022 e 55 pb em 2023, bem acima do que os modelos econométricos estimam como necessário para manter a **inflação** próxima ao centro da meta de 3,75% em 2021, 3,50% em 2022 e 3,25% em 2023. A estrutura a termo, portanto, embute um prêmio de risco referente à aceleração inflacionária causada, por exemplo, por uma depreciação cambial advinda da perda de confiança na responsabilidade fiscal.

Até recentemente, membros do Ministério da Economia defendiam que a extensão do Auxílio Emergencial (AE) seria desnecessária, pois a utilização da poupança formada em 2020 e o aumento do número de postos de trabalho seriam suficientes para atenuar a perda de renda com o fim do programa. Segundo essa visão, a extensão representaria um desvio no respeito ao equilíbrio fiscal. A única alternativa seria o corte de gastos ou o aumento de **impostos** para custear a extensão do programa.

Agora, representantes do governo e congressistas afirmam que uma extensão do AE da ordem de R\$ 40 bilhões já era prevista desde o ano passado e, portanto, não seriam necessárias contrapartidas adicionais. Esse argumento é acompanhado pela tese de que a expansão da dívida pública inferior à prevista em meados do ano passado permite a extensão do programa sem maiores problemas.

A alegação é suportada por uma trajetória inflacionária benigna, apesar da expressiva deterioração fiscal nos últimos anos. Em 2014, ninguém imaginaria que o país teria déficits primários enormes por mais de 10 anos, dívida pública de 90% do **PIB** e, mesmo assim, a taxa Selic alcançasse 2% e a variação anual de preços permanecesse próxima à meta de **inflação**. Apesar dessa dinâmica ser função da forte recessão e da enorme liquidez provida por extraordinários estímulos fiscais e monetários, a incerteza sobre a evolução das reformas estruturais e a errática atuação do governo dificultarão a manutenção de juros baixos por um período mais longo.

A esperança nesses últimos dois anos tem sido sempre a mesma: a articulação do governo melhorará

sensivelmente e os seus projetos serão aprovados nos meses seguintes. Apesar das reiteradas promessas, os ajustes têm sido recorrentemente postergados.

Essa frustração tem tudo para ser aprofundada neste ano. Considerada anteriormente como um pré-requisito para a extensão do AE, a desidratada PEC Emergencial dificilmente terá uma versão final com cortes imediatos de despesas além da contenção dos gastos com o funcionalismo público. Do mesmo modo, apesar da sua possível aprovação neste ano, a Reforma Administrativa terá pouco impacto fiscal no médio prazo, pois não incidirá sobre os **servidores públicos** da ativa. A **Reforma Tributária** enfrentará ainda mais obstáculos, pois, além de não haver consenso sobre a versão a ser utilizada como ponto de partida, a aproximação das eleições e a baixa aprovação do governo dificultarão a tramitação da proposta.

A contínua mudança de narrativa por parte dos membros do Executivo é extenuante. Difícil crer na habilidade do governo de coordenar expectativas em um ambiente em que não se sabe ao certo a posição do presidente sobre uma variedade de temas. As suas ações desde o último dia 18 sobre os preços dos derivados do petróleo são elucidativas dessa dificuldade. Por um lado, substitui o presidente da Petrobras em resposta à elevação dos preços dos combustíveis baseada na variação da cotação do petróleo no mercado internacional. Por outro lado, mantém o discurso surrado de que não interfere nas decisões das estatais.

As contradições se alastram para o campo fiscal. O Executivo anunciou que eliminaria por dois meses todos os **impostos** federais incidentes sobre o diesel e o gás de botijão, de forma a atenuar a alta dos preços desses derivados. Em um momento em que o país necessita de contrapartidas para arcar com a extensão do AE, a redução da arrecadação federal em R\$ 3,5 bilhões com essa decisão - 10% do valor anual do Bolsa Família - é um contrassenso e comprova a ausência de planejamento por parte do governo, sempre a reboque de decisões intempestivas.

Nesse contexto, a comunicação do presidente tenta equilibrar o atendimento a grupos díspares. De um lado, quer agradar os participantes de mercado e partidários da agenda liberal, ao defender as

propostas do Ministério da Economia. Por outro lado, pretende atender os caminhoneiros - uma classe que o apoia, bem como reduzir as despesas dos que usam gás de botijão. Em outra frente, ao substituir o executivo da Petrobras, a meta foi a de reforçar o apoio dos militares do seu círculo íntimo e de um grupo radical que defende um comportamento mais autoritário. A forte queda dos preços das ações da empresa confirmam a fragilidade da estratégia, pois cresceu a incerteza sobre a perenidade da atual política econômica.

Os comentários recentes do presidente se juntam a outras manifestações contraditórias.

Bolsonaro defende a desestatização e a aprovação de reformas e ajustes fiscais e, ao mesmo tempo, rejeita a privatização da Casa da Moeda e da Ceagesp, além de criticar o fechamento de agências do Banco do Brasil. A indicação para o principal cargo da Petrobras de um militar sem histórico no setor confirma a interferência direta do Executivo na empresa, bem como denigre a imagem de respeito às regras de mercado. Ademais, a afirmativa do presidente de que haverá mais trocas no governo sugere uma possível intervenção em outras estatais e contribui para tornar o ambiente econômico ainda menos previsível em tempos de tragédia na saúde pública.

Ações como essas tornam os preços dos ativos mais sensíveis ao não cumprimento de promessas do Executivo e à falta de governança nas estatais. Chega uma hora em que até o mais otimista cansa da sua complacência. A reação do mercado no início desta semana sugere que esse momento está ficando cada vez mais próximo.

Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Reação à troca na Petrobras foi 'bolha histórica', diz Lira



Lira: "A autonomia do BC deu tranquilidade, mas estava precificada. Como já estava precificada? Isso não nos anima, a gente não pode matar um leão toda semana"

Matheus Schuch, Raphael Di Cunto, Cristiano Romero e Fernando Exman

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem na "Live do Valor" que existe uma "bolha histórica" sobre a troca na presidência da Petrobras e argumentou que a mudança, uma prerrogativa do presidente da República, não deve desviar o foco das reformas estruturantes que estão em andamento no país.

Para ele, por exemplo, a aprovação do projeto que garante autonomia formal ao Banco Central, uma demanda histórica do mercado, acabou ficando em segundo plano e sem a valorização devida pelos agentes do setor financeiro.

A Câmara concluiu a tramitação da proposta, que será sancionada hoje, nos primeiros dias da presidência do deputado.

Em meio às preocupações com gestos intervencionistas do governo, o presidente da Câmara antecipou durante a live que estava a caminho da Casa uma medida provisória que diluiria a participação do Estado no capital da Eletrobras, mas com a criação de uma "golden share".

A reação positiva do mercado foi imediata, conforme mostrou o Valor PRO, o serviço de informações em tempo real do Valor.

Durante a entrevista, Lira classificou as reformas e o novo auxílio emergencial como as primeiras prioridades para o ano.

Também garantiu que, se o Senado Federal aprovar a PEC Emergencial até o dia 4 de março, a Câmara poderá votar o texto direto no plenário, sem passar pelas comissões, no período de uma semana.

A desindexação e desvinculação total do Orçamento são necessárias, defendeu parlamentar, para retirar o engessamento de recursos e facilitar a gestão de prefeitos e governadores. Confira, abaixo, os principais trechos da entrevista:

Eletrobras

"O fato de vir MP para dizer como vai funcionar Eletrobras [privatização] não vai prejudicar em nada" a privatização, pontuou Lira, garantindo que o tema está maduro para ser votado. "Não será do dia para noite [a votação], haverá participação de todos para fazer desenho mais correto".

Norte e Nordeste

Parlamentar por Alagoas, Lira entende que a privatização poderá ter efeito mais significativo para o Norte e o Nordeste do país, e é necessário haver sensibilidade na votação. "Vamos esperar a MP, temos sinalização de que vem em modelo razoável que dará tempo para que produza seus efeitos. Estas privatizações têm que trazer diminuição da máquina, mas com responsabilidade para que casos como do Amapá não aconteçam", complementou, fazendo referência ao apagão que atingiu o Estado.

Autonomia do BC

Defensor de uma pauta legislativa que dê mais "previsibilidade" ao país, Lira disse que a autonomia do Banco Central era tratada em sua campanha para a presidência da Câmara e foi um gesto importante de Bolsonaro, o que não ocorreu nos governos do PSDB, do PT e do MDB. "Temos aqui oscilações sempre de especulação do mercado. Em algum momento você vai precisar equalizar taxa de juros, tomar medidas por causa do déficit, do endividamento, e o Banco Central previsível, com mandato para seus diretores e presidente, óbvio que isso dará tranquilidade e previsibilidade para uma taxa cambial mais correta, de um acompanhamento monetário mais justo e previsível, com menos ou nenhuma ingerência da

política".

BC x Petrobras

"A autonomia do Banco Central não pode perder [em repercussão] para uma especulação [da Petrobras]. Isso é uma bolha histórica, o Brasil precisa parar com isso. Os fatos que estão acontecendo no Congresso precisam ser tratados de forma mais afável, até para sabermos que o caminho é esse", argumentou. "A autonomia do BC deu tranquilidade [ao mercado], mas já estava precificado. Como já estava precificado? Isso [reação do mercado sobre autonomia do BC] não nos anima, a gente não pode estar matando um leão toda semana".

Mudança na Petrobras

Para Lira, a substituição de Roberto Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna no comando da petrolífera é a "troca normal de um auxiliar" sem risco de interferência. "Não vejo risco para ingerência nos preços. Não há espaço no Brasil para esse tipo de atitude, ainda mais por um governo, por uma base no Congresso, por um ministro e um presidente que tem uma pauta liberal" disse, classificando a reação de investidores como uma "bolha histórica". "Além de gerar lucro para investidores, a Petrobras tem obrigação de cumprir objetivos de sua criação".

Reformas

As comissões permanentes da Câmara devem ser instaladas no dia 4 de março, para que todas as propostas de emenda constitucional (PECs) possam ser ter seu rito normal de tramitação. "Estamos, momentaneamente, neste período de dois meses iniciais, com todos os líderes com foco voltado às reformas. Nós devemos isso ao país. O tempo perdido no ano passado está nos custando caro. Estamos trabalhando sem nenhum tipo de vaidade, de onde vai começar ou terminar. A relação com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), é essa".

Reforma Administrativa

A reforma administrativa pode ser votada dentro de dois meses. "O marco [da reforma] é deixar bem claro que vamos tratar com rigor para frente, sem ferir o direito adquirido [dos **servidores públicos**]. Algumas situações, lógico que virão à tona quando envolver todos os Poderes, algumas questões precisam ser ajustadas para o quadro atual e o futuro", acrescentou. "Mas penduricalho não é direito adquirido, o que não tem previsão legal não é direito adquirido. É o tal do ponto fora da curva. Eu só penso que, de maneira bem rasa, ela [reforma] será sinalizadora. O Brasil precisa criar um ambiente de perspectiva confiável de

investimentos".

Reforma tributária

Lira considera viável a aprovação das mudanças no sistema tributário dentro de um prazo de 6 a 8 meses no Congresso. "Temos que acreditar [na viabilidade da reforma] para poder trabalhar, fazer acordos", pontuou. Tem alguém no Brasil, a não ser bancas enormes de advogados, que defenda o sistema tributário como está hoje? Nós estamos falando de consenso, precisamos desburocratizar e simplificar".

Auxílio emergencial

"As pessoas estão sem receber porque nós não tínhamos orçamento. Também estamos sem espaço fiscal, o problema não é nem financeiro, é fiscal. Foi uma grande maldade com o Brasil não ter se votado ano passado pelo menos a PEC emergencial", argumentou. Ao reforçar a importância do auxílio emergencial para famílias de baixíssima renda, Lira alertou que não pode haver "blefe" no valor: "Todos sabemos que auxílio emergencial é necessário, quatro meses [de duração] é perfeito", opina. "Se o valor [do auxílio] vai ser de R\$250 ou R\$300, só não pode fazer blefe".

PEC emergencial

Lira está disposto a votar em uma semana a PEC emergencial, caso o Senado finalize sua apreciação na próxima semana. "Se a PEC chegar na Câmara antes da instalação das comissões no dia 4 de março, o tratamento será sumaríssimo", garantiu. "Se por acaso o Senado não entregar esta semana, terá um rito mais longo, irá para a Comissão de Constituição e Justiça e depois vai para a comissão especial".

Teto de Gastos

Favorável à manutenção do Teto de Gastos por causa do momento em que o país se encontra, Lira diz que é necessário dar previsibilidade para a sociedade e investidores. "Teto de Gastos nos Estados Unidos não se comenta, na Alemanha, na França, são países estabilizados já. Isso é uma discussão de países que precisam se estabilizar", diz. "Não ouvi nada de revogação do Teto de Gastos. Temos que fazer nosso trabalho, nosso papel, destravar investimentos e amarras que o Brasil tem para se desenvolver".

Desvinculação e desindexação

O presidente da Câmara afirmou que "tem esperança" de que o Senado aprove a desvinculação dos gastos mínimos com Saúde e Educação nessa PEC e que, caso não façam, a Câmara tratará do assunto. "Vocês

precisa gastar mais na Saúde, e na educação não tem motivo para gastar, mas você precisa gastar para não responder por improbidade", argumentou. "É leviandade de um parlamentar dizer que votar um Orçamento desvinculado é dizer que o Brasil vai perder. Isso aí é a famosa versão de corporações".

Autonomia no Orçamento

Para Lira, há uma "versão" de que desindexar e desvincular o orçamento significará menos dinheiro para Saúde e Educação e prejudicará o Brasil.

"Discutir, desvincular, não é deixar de dar dinheiro para a educação e para a saúde. Se um prefeito ou governador quiser gastar mais, ele gastará mais. Ele só não pode ser obrigado a ter que estar fazendo remendos, despesas desnecessárias, jogando dinheiro pelo ralo, porque tem um mínimo constitucional dizendo que ele tem que gastar".

Viabilidade de aprovação

O presidente da Câmara afirmou que não tem um "raio-x" para dizer se há votos suficientes para aprovar a desvinculação na Câmara, mas que o assunto será discutido. "Não fizemos essa discussão pormenorizada nos partidos, estou colocando o meu pensamento, mas vamos fazer esse debate", afirmou.

Lira disse que a população precisa votar em parlamentares alinhados as suas idéias e que, se deseja mais investimentos em educação, deve votar em deputados e senadores comprometidos com essa pauta, garantindo Orçamento mais participativo e com influência dos congressistas. "Quem conhece as dificuldades desse Brasil são os parlamentares, não o ministro em Brasília".

CPI

Lira discorda dos parlamentares que pressionam pela formação de uma Comissão Mista de Inquérito para apurar o trabalho da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na análise de vacinas contra covid-19. "Não precisamos de uma queda de braço do governo com a Anvisa, com o STF e a população no meio disso. Nós não precisamos, a meu ver, uma CPI agora para saber quem é culpado disso ou daquilo. Precisamos estar todos unidos para facilitar as filas, o credenciamento e regulação de novas vacinas e novas agências, tudo com muita ciência".

Impeachment

Sobre o futuro dos pedidos de impeachment de Bolsonaro apresentados à Câmara, Lira disse que não vê motivos ou clima no país para abertura do

processo. "Não vejo clima para impeachment,, é medida extrema e de ruptura. Sequer tive como olhar para isso, não é prioridade", finalizou, destacando que não vê "mobilização popular, processo inflacionário" ou outro cenário que justifique a medida.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Auxílio emergencial é necessário; corte de salários não (2)

ANTONIO TUCCILIO é presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)

Não é segredo para ninguém que desde o início da pandemia a situação econômica de centenas de milhares de famílias, foi dramaticamente afetada.

Nesse cenário, o auxílio emergencial de R\$ 600,00 pago em 2020 representou um alívio, um respiro para essas pessoas.

Ao que parece o governo federal se aproxima da aprovação de um novo auxílio emergencial por 'mais alguns meses' (palavras do presidente da República). É uma boa notícia, considerando as condições precárias das mesmas famílias - que estão praticamente sem renda alguma nos últimos meses.

O problema é a maneira como o ministro da economia, Paulo Guedes, pretende tratar o tema. Se de um lado fala em prover uma fonte de renda para os mais necessitados, de outro quer repassar a conta para os **servidores públicos**.

O ministro da Economia estuda incluir na lei cláusula de redução da jornada de trabalho (e consequentemente de salário) dos **servidores públicos** para 'cobrir' o orçamento do novo auxílio emergencial.

Não é surpresa que essa proposta venha de alguém que recentemente comparou os servidores a parasitas.

Ao que parece, certamente o ministro não se deu ao trabalho de buscar fontes mais factíveis de recursos para arcar com os custos do novo auxílio emergencial.

Pois vamos ajudá-lo a saber de onde tirar receita sem prejudicar o país.

Primeira fonte: cortar os penduricalhos dos poderes Legislativo e Judiciário. Somente os deputados federais recebem, juntando todos os benefícios e contribuições, cerca de R\$ 200 mil reais por mês! Será que eles precisam mesmo? Nunca conta rápida, se reduzissem em 50% os acréscimos já seria o suficiente para cobrir o novo auxílio por um bom tempo.

Segunda fonte: redução de emendas parlamentares

(pelo menos durante a pandemia) e acabar com o fundo público partidário, que só em 2019 consumiu R\$ 1 bilhão. Importante: uma expressiva parcela desses recursos foi destinada pelos partidos para pagamento de salários a parentes, amigos e até políticos sem mandato. O auxílio emergencial é necessário. Isso não se discute. Mas, ao que parece, é muito fácil jogar essa conta exclusivamente para o servidor público, este sempre o vilão.

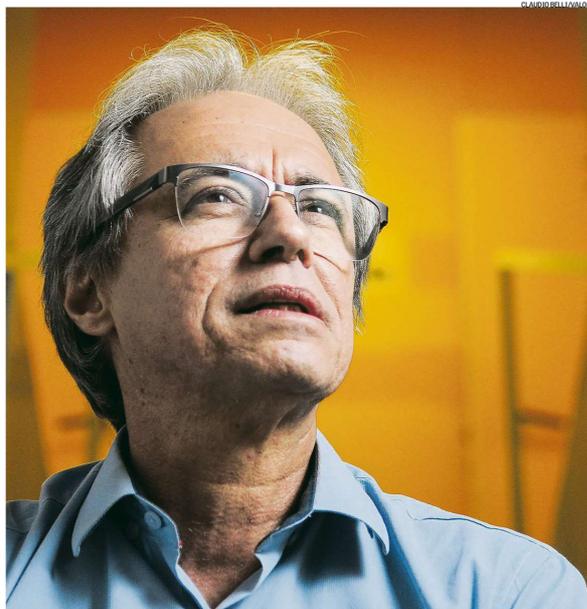
Senhor Paulo Guedes, os servidores também têm famílias, pagam contas e precisam sobreviver.

Aliás, para quem pensa que os **servidores públicos** são parasitas, lembro que são mais de 11,5 milhões de brasileiros não apenas nas repartições públicas, mas também na medicina, na educação, na segurança pública e em dezenas de outras carreiras essenciais.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10490>

Fim do piso para educação significa repetir práticas de duas ditaduras



Mozart Ramos: "Nós sabemos que há gestores que não entendem a educação como investimento, mas sim custo"

Hugo Passarelli

Entidades e especialistas em educação criticaram ontem a proposta de eliminar o piso constitucional para investimento em educação e saúde. No caso do ensino, a medida representaria a quebra de uma vinculação criada pela primeira vez em 1934. Desde então, o Brasil viveu dois períodos sem um patamar mínimo de despesa para educação: de 1937 a 1945, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, e na ditadura militar, de 1967 até 1985, quando foi regulamentada a Emenda Calmon.

Os gastos com educação só registraram queda contínua justamente nos períodos em que não houve vinculação mínima constitucional, lembra o professor Romualdo Portela de Oliveira, diretor de pesquisa e avaliação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). "Os valores aplicados em educação diminuíram nessas ocasiões. Se o desejo é garantir condições mínimas para a população, o governo deve tentar outros meios, mas não tirando da educação e saúde. A **reforma tributária**, por exemplo, seria um caminho. É aquele argumento de ocasião e, na verdade, uma agenda que sempre esteve na mesa e voltou agora", afirma.

O parecer final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, divulgado ontem, confirmou a retirada dos pisos para educação e saúde. Desde a

Constituição de 1988, o governo federal é obrigado a destinar 18% da receita para educação, enquanto Estados e municípios devem aplicar 25%. Já para a saúde, o mínimo constitucional é de 12% da receita para Estados e de 15% para os municípios.

"Esse é um filão que o ministro Paulo Guedes já tinha colocado desde o início do governo e aproveitou agora esse momento da pandemia. Ocorre que esse jogo tem um custo bastante complexo e danoso tanto para a educação como para a saúde. Nós sabemos, por exemplo, que há gestores que não entendem a educação como investimento, mas sim custo", afirma Mozart Neves Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Para Mozart, é equivocada a percepção de que aumentar o gasto com educação não tem relação direta com a melhora da aprendizagem. "Sempre digo que é preciso melhorar a gestão das despesas também, mas isso também ocorre por meio da vinculação. Se eu coloco 37% do meu orçamento [no caso dos Estados] para educação, há um olhar diferenciado para esse dinheiro."

Ele ainda cita casos de sucesso em que o valor adicional aplicado em educação ajudou a trazer mais resultados. "Basta lembrar o impacto do Ceará quando se passou a redistribuir parte do ICMS de acordo com o número de crianças alfabetizadas, e não só matriculadas. Quando atrelamos dinheiro a resultados, há outro sentido e importância para o planejamento e resultado de uma atividade", afirma Mozart.

Oliveira, do Cenpec, ainda avalia que a extinção do piso acabaria por implodir o novo Fundeb, aprovado no ano passado e que eleva gradualmente de 10% para 23% os repasses da União para as redes de ensino com menos recursos no Brasil. "O Fundeb é uma redistribuição de recursos vinculados, se não tem a vinculação, não tem Fundeb", resume.

A Undime, entidade que representa os secretários municipais de Educação, considera a alteração "impensável". "É temerário repetir o discurso de que há recursos e de que o problema é de gestão, ou de que a desvinculação daria mais autonomia aos entes federados", diz nota divulgada ontem. Posição semelhante também veio do Consed, que reúne os secretários estaduais de Educação. "No que se refere

à educação, muito ainda há que se investir na manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública, para que se alcancem patamares satisfatórios de qualidade", diz nota da instituição.

O movimento Todos pela Educação lembrou que a medida vai na direção contrária às regras do novo Fundeb. "Importante lembrar que a Emenda Constitucional 108, aprovada de forma quase unânime no Congresso Nacional em 2020, tornou o Fundeb mais justo e eficiente na distribuição dos recursos educacionais", diz nota da entidade.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Auxílio emergencial será pago com aumento na dívida pública

Eduardo Cucolo são paulo

O relatório da PEC Emergencial apresentado pelo senador Mareio Bittar (MDB-AC) permite o pagamento do auxílio emergencial sem nenhuma contrapartida de corte de gastos em 2021, mas preserva algumas medidas sugeridas pelo governo que podem melhorar a gestão fiscal e segurar o aumento de gastos no futuro.

Pelo menos 15 iniciativas sugeridas pelo ministro Paulo Guedes (Economia) dentro das propostas originais do Plano Mais Brasil ficaram de fora do texto publicado no site do Senado nesta terça-feira (23), que deve ser analisado pelo Congresso nos próximos dias.

Entre elas estão o fim do reajuste anual obrigatório dos servidores, a redução de jornada com redução de remuneração, a extinção de pequenos municípios e o fim de todas as vinculações entre receita e despesa existentes na legislação.

A Folha destaca os principais pontos, com base em análise realizada pelo pesquisador do Insper e colunista do jornal Marcos Mendes.

"Está sendo feito um auxílio emergencial que vai ser pago com dívida. Abriu-se mão de tomar medidas concretas e efetivas de redução de despesa para financiar o auxílio. Está sendo jogado tudo na dívida pública. Há algumas medidas não para reduzir despesa, mas para impedir que elas cresçam mais rápido no futuro, e não agora", afirma Mendes.

Veja os principais pontos do relatório

1) Medida exclusiva para o pagamento do auxílio emergencial em 2021 (art. 3o da PEC)

Autorização para o pagamento do auxílio por crédito extraordinário neste ano. Não requer declaração de estado de calamidade.

O governo poderá editar uma medida provisória para tratar do assunto.

Não há necessidade de nenhum corte de despesa ou aumento de receita para cobrir a despesa. Ou seja, será pago com aumento da dívida pública o pagamento fica de fora de todas as regras fiscais Não

será contabilizado no teto de gastos, nem na regra de ouro, nem na meta de déficit primário Não há fixação de valor, prazo, número de parcelas etc. Tudo será definido pelo governo federal e pelo Congresso.

2) Regime extraordinário fiscal em caso de calamidade pública

O presidente da República poderá propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública, que pode aprová-lo ou rejeitá-lo. Como isso não tem relação com o auxílio emergencial, governo poderá ou não usar esse dispositivo em 2021.

Decretada a calamidade, serão aplicadas as medidas para conter aumento de despesas previstas no teto de gastos durante três exercícios, como não contratar, não fazer concurso etc., para todos os níveis de governo.

Se o governo não acionar o dispositivo neste ano, não haverá medida nova de contenção de gastos. Lei aprovada em 2020 já proibiu reajustes até o final deste ano.

3) Mudanças no teto de gastos

União: as medidas que impedem aumento de gastos no caso de ameaça de rompimento do teto constitucional poderão ser aplicadas se, na aprovação da lei orçamentária, as despesas obrigatórias forem estimadas em 95% da despesa primária total. Atualmente, por uma falha de redação na emenda do teto, esses "gatilhos" não têm como ser acionados.

Se não houver risco de rompimento do teto nenhuma medida será acionada. Para o Orçamento de 2022, por exemplo,

Mendes estima uma folga de R\$ 50 bilhões nas despesas, gerada pela diferença entre a **inflação** mais alta para corrigir o teto (12 meses encerrados em junho de 2021) e o aumento em despesas como o salário mínimo do próximo ano (12 meses encerrados em dezembro). Estados e municípios: todos os Poderes nessas esferas de governo poderão aplicar as medidas de ajuste fiscal previstas no teto de gastos, se no período de 12 meses a despesa corrente chegar a representar 95% da receita. A adoção das medidas é facultativa. Ou seja, não é obrigatória.

4) Benefícios tributários

Determina que o presidente da República, em até seis meses após a promulgação da emenda constitucional, terá que enviar ao Congresso Nacional plano de redução desses benefícios, que somam mais de R\$ 300 bilhões por ano (uma década de Bolsa Família, superior ao valor do auxílio emergencial em 2020). A proposta, no entanto, estabelece uma lista de benefícios que não podem ser revogados sem que haja mudança na Constituição, como Simples, Zona Franca de Manaus e desoneração da cesta básica. Para Mendes, a medida corre o risco de não sair do papel, além de constitucionalizar benefícios pouco efetivos. Alguns deles, na mirada **reforma tributária**.

5) Outras mudanças nas regras fiscais com impactos futuros incertos

Fim dos gastos mínimos com saúde e educação em todas as esferas de governo

Lei complementar pode tratar de sustentabilidade da dívida no futuro

Princípio de avaliação das políticas públicas (declaração de intenções)

Equilíbrio fiscal interge racional como direito social (importante para disputas no STF)

Limitação de despesas das Câmaras de Vereadores passa a incluir gasto com inativos

Constitucionalização do contingência mento de gastos nos demais Poderes e esferas de governo

Acaba com repasses do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o BNDES

Acaba com obrigação da União de financiar pagamento de precatórios dos estados

6) Algumas medidas do Ministério da Economia que ficaram fora do relatório

Não acaba com o reajuste anual obrigatório dos servidores

Não cria a possibilidade de redução de jornada com redução de remuneração

Não proíbe reajuste de remuneração pela via administrativa

Não limita correção de valores das emendas parlamentares

Não determina extinção e incorporação de municípios

Não cria o Conselho Fiscal da República

Não estabelece o TCU (Tribunal de Contas da União) como instância superior aos tribunais de contas estaduais e municipais

Não se revogam integralmente as vinculações existentes na legislação

Não se cria banco de projetos para melhorar qualidade do investimento público

Não há a extinção automática dos fundos públicos após dois anos

Não há a vedação permanente de concessão de garantias da União a estados e municípios

Não limita o uso de depósitos judiciais para custear despesa pública

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49447>

Intervenção cria alerta em todo setor de infraestrutura



Taís Hirata De São Paulo

Os sinais de intervenção do governo federal no mercado de energia acenderam um alerta para todo o setor de infraestrutura, que viu nas recentes declarações do presidente Jair Bolsonaro um "arremedo populista" preocupante para todas as companhias que trabalham com serviços públicos, segundo a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), que representa 115 empresas, entre construtoras, operadores e fornecedores do setor.

Desde sexta-feira, quando o presidente anunciou a troca no comando da Petrobras, Bolsonaro também deu declarações criticando os reajustes de preços dos combustíveis praticados pela estatal e disse que iria "meter o dedo" no preço da energia elétrica.

Para a Abdib, o temor ultrapassa a questão específica da Petrobras e da Eletrobras, afirma o presidente do conselho de administração da entidade, Britaldo Soares. "Houve uma sinalização de interferência no mercado de combustíveis, no setor elétrico, mas também poderia ser em outro setor de prestação de serviços, como saneamento básico. A preocupação é com a postura e com o reflexo dessas manifestações no setor de infraestrutura como um todo", diz.

Para além das interferências em si, Soares critica a forma como as mudanças foram feitas - repentinamente e sem um diálogo com o mercado, avalia.

Em uma mensagem assertiva ao governo, validada pelo conselho de administração da Abdib, a associação fez uma crítica incisiva às recentes

declarações: "Medidas populistas e intervencionistas para derrubar preços costumam ter vida curta, pois satisfazem a ânsia de oportunistas de ocasião no curto prazo, sem corrigir as falhas estruturais que resultam nos desequilíbrios reclamados", afirmou a entidade.

Soares diz que os impactos negativos já são percebidos com a reação do mercado de capitais, no qual grande parte das empresas do setor tem financiado seus projetos. A percepção é que as medidas podem provocar um recuo dos investidores, segundo Soares. "O poder destrutivo da ameaça do intervencionismo acaba saindo muito mais caro. A reação do mercado tem um impacto direto na economia real." Em relação aos diversos leilões de infraestrutura previstos para 2021, Soares pondera que ainda é cedo para julgar se a atratividade dos projetos poderá ser comprometida. "Esperamos que o cenário não evolua dessa forma e que, até a data das concorrências, ou até que os conselhos de administração das empresas tenham que tomar as decisões, a situação melhore. Por enquanto, o que existe é um alerta", afirma.

Ele ressalta, porém, que nesta época do ano as companhias estão em fase de aprovação de seus planos de investimentos e que o alerta gerado a partir das recentes declarações do presidente certamente será levado em consideração nas decisões.

Soares, que tem uma longa experiência como executivo no setor elétrico, relembra o emblemático caso da Medida Provisória 579, publicada em 2012 pelo então governo de Dilma Rousseff. A lei buscou reduzir, artificialmente, o preço da energia elétrica, mas ao fim acabou tendo um efeito reverso: em um ano, a Eletrobras, principal atingida pela norma, havia perdido quase 60% de seu valor de mercado e, três anos depois, o custo da energia havia subido 50%. Até hoje, o setor tenta resolver desequilíbrios provocados pela MP.

A associação defende que, "em vez de remendos e retalhos", o governo busque aprovar reformas estruturantes que teriam impacto nos preços, como a **reforma tributária** e a modernização de marcos regulatórios de diversos setores, como o de energia elétrica e do gás natural.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186704?page=1§ion=1

Paulo Guedes: 10 casos em que o ministro foi escanteado antes da intervenção na Petrobras

Por BBC

A decisão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de trocar o comando da Petrobras, numa tentativa de conter a escalada dos preços dos combustíveis, reascendeu especulações sobre a permanência do ministro da Economia, Paulo Guedes, no governo.

Analistas questionam até quando Guedes vai seguir como fiador de um mandatário que dá reiteradas mostras de ter pouca afinidade com a agenda liberal defendida pelo ministro.

Guedes se mantém longe dos microfones desde o início da crise gerada pela interferência de Bolsonaro na estatal. Mas notícias de bastidores publicadas nos últimos dias dão conta de que o ministro segue no governo e aposta na votação da chamada PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial pelo Congresso para neutralizar o mal-estar criado pelo presidente.

Apresentada ao parlamento em novembro de 2019, como parte de um pacote de reformas que até agora não avançou, a PEC Emergencial está prevista para ser votada no Senado nesta quinta-feira (25/02). Além de viabilizar a retomada do auxílio emergencial para trabalhadores informais na pandemia, a proposta inclui medidas de contenção do gasto público, como o congelamento de salários dos servidores, além da desvinculação de despesas com saúde e educação.

Mas o episódio da Petrobras não é o primeiro em que o ministro Paulo Guedes foi escanteado pelo governo ou diretamente contrariado por Bolsonaro. Relembre outros dez momentos em que o superministro foi isolado por decisões ou declarações do presidente.

Bolsonaro elogia Guedes e diz que não briga com Petrobras. Promessas de Guedes ficaram pelo caminho em 2020; veja o que foi ou não cumprido

1) Intervenção na Petrobras no início do mandato

Uma das primeiras vezes em que Guedes foi considerado escanteado por Bolsonaro foi logo no início do mandato do presidente, em abril de 2019, e

envolveu também a Petrobras.

Naquele mês, o presidente pediu à companhia que cancelasse um aumento no preço do diesel. O pedido foi atendido e o aumento, revogado, levando as ações da estatal a caírem mais de 8%.

Ao não consultar e nem sequer avisar a Paulo Guedes, até então tido como seu posto Ipiranga, sobre a decisão de intervir na política de preços da Petrobras para atender aos caminhoneiros, Bolsonaro deixou claro que o economista não é mais indemissível, escreveu à época o jornalista José Nêumanne Pinto, em seu blog no site do jornal O Estado de S. Paulo.

Diante da crise gerada, Bolsonaro convocou uma reunião com um grupo de ministros. Após o encontro, Guedes declarou à imprensa que o presidente havia entendido como funciona a política de preços dos combustíveis da Petrobras e que não iria mais interferir na empresa.

2) Veto à nova CPMF e demissão de Marcos Cintra

Novamente, em setembro de 2019, Bolsonaro e a equipe econômica voltaram a se estranhar.

Após o então secretário especial da **Receita Federal**, Marcos Cintra, defender a criação de um imposto sobre pagamentos semelhante à antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), o presidente determinou sua demissão.

Paulo Guedes exonerou, a pedido, o chefe da **Receita Federal** por divergências no projeto da **reforma tributária**. A recriação da CPMF ou aumento da carga tributária estão fora da **reforma tributária** por determinação do presidente, escreveu Bolsonaro em rede social.

Mesmo após o veto e a demissão de Cintra, a equipe de Guedes voltou em diversos momentos desde então a defender a criação de um imposto nos moldes da antiga contribuição.

3) Imposto do pecado barrado

Em janeiro de 2020, foi novamente uma questão tributária que levou Bolsonaro a contrariar Guedes publicamente.

Durante sua participação no Fórum Econômico Mundial, em Davos, o ministro da Economia disse a jornalistas que havia pedido à sua equipe estudos sobre a possível criação de um imposto do pecado, que incidiria sobre produtos considerados nocivos à saúde, como cigarros, bebidas alcoólicas e alimentos açucarados.

Em resposta, Bolsonaro declarou durante viagem a Nova Délhi, na Índia, que a criação do imposto estava descartada. Ô Paulo Guedes, eu te sigo 99%, mas aumento no preço da cerveja, não, disse o presidente. Não tem como aumentar a carga tributária, todo mundo consome algo de açúcar, completou.

4) Lançamento do Programa Pró-Brasil

Diante do início das medidas de distanciamento social em resposta ao coronavírus, o governo lançou em abril de 2020 um plano de recuperação econômica pós-pandemia chamado Pró-Brasil. Com a previsão de investimentos de R\$ 30 bilhões em projetos de infraestrutura e R\$ 250 bilhões em concessões à iniciativa privada, o lançamento foi realizado sem a presença de nenhum membro do Ministério da Economia.

O aspecto mais importante da coletiva de divulgação foi quem não esteve por lá: Paulo Roberto Nunes Guedes, ministro da Economia e, aparentemente, ex-Posto Ipiranga, escreveu à época o economista Pedro Menezes, em sua coluna no site InfoMoney.

Por enquanto, pouco sabemos sobre o futuro do Pró-Brasil, mas a crise entre o presidente e o antigo Posto Ipiranga está cada vez mais clara, observou o economista.

Do programa Pró-Brasil, apresentado à época como o Plano Marshall de Bolsonaro - em referência ao plano dos Estados Unidos para reconstrução dos aliados europeus após a Segunda Guerra Mundial - não se ouviu mais falar.

5) Reajuste de servidores liberado

Em maio de 2020, em meio à fase mais grave da primeira onda da pandemia, dois episódios envolvendo reajustes de servidores geraram atritos entre Bolsonaro e Guedes.

No primeiro deles, Bolsonaro deu aval à aprovação pelo Senado de um plano de ajuda financeira de cerca

de R\$ 125 bilhões para Estados e municípios com alterações que flexibilizavam a exigência de congelamento salarial do funcionalismo como contrapartida.

A decisão desagradou a Guedes. Que história é essa de pedir aumento de salário porque vai na rua exercer sua função, seja médico, policial, questionou o ministro. As medalhas vêm depois da batalha, e não durante a guerra.

Após apelo do ministro, Bolsonaro vetou o trecho da lei que tratava dos salários de servidores, congelando reajustes até o fim de 2021.

Ao fim daquele mesmo mês, o presidente editou medida provisória concedendo reajuste às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Novamente, a medida contrariou o ministro. Quando Bolsonaro diz publicamente que vai atender a recomendação técnica de Guedes e vetar a possibilidade de reajustes dos servidores, e depois deixa passar o aumento aos policiais de uma unidade da federação governada por um aliado, ele desautoriza o ministro e passa um sinal errado desnecessário, escreveu à época o jornalista Marcelo de Moraes no site BR Político.

6) Renda Brasil recusado

Em agosto do ano passado, a equipe econômica buscava soluções para ampliar o programa Bolsa Família após o término do auxílio emergencial criado em meio à pandemia.

Uma das possibilidades considerada pelo time de Guedes à época era ampliar o programa de transferência de renda através da extinção de outros programas sociais considerados menos eficientes, como o abono salarial - uma espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira assinada que recebem baixa remuneração.

Esse Bolsa Família ampliado seria rebatizado de Renda Brasil. A ideia, no entanto, foi rejeitada publicamente por Bolsonaro.

Ontem discutimos a possível proposta do Renda Brasil e eu falei tá suspenso. Vamos voltar a conversar. A proposta que a equipe econômica apareceu pra mim não será enviada ao parlamento. Não posso tirar de pobres para dar para paupérrimos, disse o presidente.

7) Cartão vermelho para a equipe econômica

Em setembro, o Renda Brasil novamente gerou ruído

entre a Presidência e a equipe econômica.

Naquele mês, o secretário especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse em entrevista ao G1 que a área econômica estudava o congelamento por dois anos de aposentadorias e pensões e que os benefícios fossem desvinculados do salário mínimo. A economia gerada seria destinada ao financiamento do novo programa social.

Congelar aposentadorias, cortar auxílio para idosos e pobres com deficiência, um devaneio de alguém que está desconectado com a realidade, postou Bolsonaro nas redes sociais.

Quem porventura vier propor para mim uma medida como essa, eu só posso dar um cartão vermelho para essa pessoa, acrescentou o presidente.

Diante da repercussão gerada pela declaração, Guedes veio à público dizer que o cartão vermelho não era para ele.

Não foi para mim. Conversei com o presidente hoje cedo. Lamentei muito essa interpretação, disse Guedes. São estudos que fazemos, estamos assessorando. Várias simulações e estudos são feitos. Tratamento seletivo da informação distorce tudo.

8) Debandada de secretários

Ainda em agosto, outro episódio explicitou a dificuldade de Guedes em levar adiante sua agenda liberal. Naquele mês, os secretários especiais do Ministério da Economia Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização) pediram demissão num mesmo dia.

Antes deles, já haviam deixado a equipe de Guedes o então secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, e o diretor de programas da Secretaria Especial de Fazenda, Caio Megale. O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, também pediu demissão em julho.

Ao deixar o governo, Salim Mattar disse que saiu do cargo porque havia falta de vontade política em avançar nas privatizações, principal agenda de sua pasta.

O Salim hoje me disse o seguinte: a privatização não está andando, eu prefiro sair. E o Uebel me disse o seguinte: a reforma administrativa não está sendo enviada, eu prefiro sair. Esse é o fato, não escondo. Houve uma debandada? Hoje houve uma debandada, disse Guedes, admitindo o pouco avanço da agenda de reformas e seu isolamento dentro do governo.

Numa tentativa de reverter a imagem de que a agenda de privatizações do governo está parada, Bolsonaro entregou nesta terça-feira (23/2) uma medida provisória que busca acelerar a privatização da Eletrobras. O texto, no entanto, prevê que o governo mantenha poder de veto sobre decisões da estatal por meio de ações preferenciais, chamadas de golden shares.

9) Guedes preterido para agradar Trump

Foram muitas as bolas nas costas de Guedes no segundo semestre de 2020. Ainda em setembro, o nome escolhido pelo ministro para o comando do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) foi preterido por Bolsonaro, que preferiu ouvir os conselhos do chanceler Ernesto Araújo, apoiando a indicação do americano Maurício Claver-Carone.

Guedes havia indicado ao posto o nome do economista brasileiro Rodrigo Xavier, ex-presidente do UBS e do Bank of America no Brasil.

A eleição do candidato de Donald Trump quebrou um pacto firmado desde a criação do BID, em 1959, de que os Estados Unidos não indicariam o presidente da entidade como uma forma de prestigiar os parceiros latino-americanos. Justamente quando seria a vez de o Brasil nomear o chefe da instituição, o Itamaraty resolveu seguir a Casa Branca, ignorando a indicação de Guedes.

10) Presidente do BB quase demitido

Antes de intervir na Petrobras agora em fevereiro, Bolsonaro já havia dado em janeiro deste ano mostras do seu desejo de interferir na gestão de estatais.

Naquele mês, o presidente pediu ao ministro Paulo Guedes a demissão do presidente do Banco do Brasil, André Brandão.

O descontentamento de Bolsonaro foi motivado pelo anúncio do fechamento de cerca de 200 agências pelo banco e de um programa de demissão voluntária com o objetivo de cortar 5.000 vagas.

Assim que recebeu a ordem para demitir André Brandão, Guedes começou a ação para reverter o pedido de Bolsonaro. Para convencer o presidente a desistir de uma nova mudança na direção do banco em menos de seis meses, pediu para [o presidente do Banco Central Roberto] Campos Neto conversar com Bolsonaro. Foi Campos quem detalhou para Bolsonaro o prejuízo que a demissão surtiria neste momento no mercado. Foi aí que o presidente recuou, reportou à época o site da rede de televisão SBT.

Com a decisão de Bolsonaro de intervir na Petrobras, o mercado passou novamente a **temer** a demissão de Brandão. Na segunda-feira (22/2), as ações do banco estatal caíram mais de 11% diante desse temor. Nesta terça-feira, os papéis já recuperam parte das perdas.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/24/paulo-guedes-10-casos-em-que-o-ministro-foi-escanteado-antes-da-intervencao-na-petrobras.ghtml>

Irresponsabilidade populista de Bolsonaro sairá caro para toda a sociedade

OPINIÃO

Na última sexta-feira, dia 19, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que trocaria o presidente da Petrobras, o economista Roberto Castelo Branco, pelo general da reserva que está hoje na direção-geral-brasileira da Itaipu Binacional, Joaquim Silva e Luna. Mais importante do que o fato em si, o que causou preocupação foram as falas do presidente ao longo dos últimos dias.

Em que pese Bolsonaro ter dito na sua última Live que não interviria na política de preços da Petrobras, na mesma fala ele classificou como excessivo o último aumento da empresa e afirmou que alguma coisa teria que mudar. Pior ainda foram as falas do final de semana. Uma delas, um conjunto de aproximadamente 10 minutos de frases desconexas, na qual procurava explicar sua decisão. Na outra, apontou o dedo também para o setor elétrico, dizendo que algo teria também que mudar nesta área.

Finalmente nesta segunda-feira, dia 22, Bolsonaro resolveu atacar o mercado financeiro, afirmando que a política de preços da Petrobras tinha um viés para atender alguns grupos da sociedade, provavelmente investidores. (ver: Bolsonaro critica presidente e diz que Petrobras atende alguns grupos). Ademais, procurou justificar a indicação do general como alguém que usou a Itaipu Binacional para fazer investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões, em áreas que nada têm a ver com o próprio negócio da empresa.

É fato notório que Bolsonaro não entende nada de economia, como ele mesmo já disse tantas vezes. E muito por isso, seria no mínimo prudente que suas falas nesta área fossem discutidas previamente com sua equipe econômica. Isto porque qualquer posição tomada ou frase dita de maneira impensada pode provocar grandes perdas ou transferência de renda entre grupos da sociedade. Basta lembrar que nesta segunda-feira venceram vários contratos no mercado de opção, que estão intimamente ligados aos preços das ações de empresas no mercado à vista. Não por outra razão, já se fala que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverá abrir uma investigação sobre a troca do comando na Petrobras.

Sob o ponto de vista prático, sua atitude recente

mostra uma preocupação, de certa forma legítima, com a perda de sua popularidade, principalmente perante seus principais cabos eleitorais, a categoria de caminhoneiros. Não por outra razão, o presidente afirmou ainda que iria zerar os **impostos** federais sobre combustíveis e até sobre gás de cozinha nos próximos dois meses para tentar encontrar uma solução para os preços dos combustíveis. E, na mesma toada, enviou um Projeto de Lei (PL) que altera a forma de cobrança do ICMS sobre combustíveis. Entretanto, suas atitudes intempestivas, longe de melhorarem a vida da população, só provocarão um caos na economia, que se refletirá no futuro sobre todos nós. E isso ocorrerá por, ao menos, seis razões.

A primeira é porque o presidente, assim como tantos outros políticos, tem uma ideia errada do que é o mercado financeiro. Ao falar que poucos ganham com a política de preços da Petrobras, Bolsonaro se esquece de que muitos brasileiros são acionistas da empresa por terem, por exemplo, utilizado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para comprar ações que carregam até hoje. Há também aqueles que investem em fundos de ações, que normalmente incorporam papéis de empresas estatais. O mesmo pode ocorrer com fundos de previdência pública e privada, ou seja, o futuro do trabalhador também depende do valor dessas empresas. Assim, a fala do presidente não tem qualquer sentido.

O segundo aspecto derivado em certa medida do primeiro. As palavras do Presidente da República nos últimos dias fizeram com que acionistas minoritários (direta ou indiretamente) perdessem muito dinheiro. Por isso, não me espantaria se muitos deles entrassem com um processo no Brasil contra a empresa e contra o Estado Brasileiro; sem falar dos acionistas americanos, que compram os papéis da empresa (ADR - American Depositary Receipt) negociadas em Nova York e que devem estar bem irritados. De toda forma, essa conta poderá recair sobre todos nós, como já ocorreu no passado.

O terceiro é o impacto sobre o custo de capital da própria Petrobras. O mercado acionário é a maneira mais barata de captar recursos. Mas para conseguir isto, é fundamental que a empresa tenha credibilidade para, por exemplo, fazer uma oferta pública inicial de ações (IPO - Initial Public Offering) e obter o dinheiro

que busca. Da mesma forma, o crédito obtido por empresas terá um custo tanto menor quanto menor for o risco entendido pelas instituições financeiras. E, novamente, as falas do nosso presidente deram os piores sinais possíveis, principalmente por envolver a política de preços da empresa. Certamente a leitura do mercado é a de que o risco de se investir ou emprestar dinheiro para a Petrobras se elevou, o que elevará também o custo de captação para a empresa em um mercado que exige muito dinheiro para investimentos.

O quarto aspecto diz respeito à própria concorrência. Adotar um modelo de precificação que não aquele associado à paridade internacional impedirá que importadores eficientes operem no Brasil e desestimulará que outras empresas entrem nos demais segmentos de mercado. Recentemente, inclusive, a Petrobras firmou acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para se desfazer de parte das suas refinarias e permitir que se crie concorrência neste segmento de mercado. Mas para que isso ocorra, seus compradores devem ser capazes de ter um lucro econômico no mínimo equivalente ao que poderiam obter fora do país. Neste sentido, a fala do Bolsonaro só cria mais instabilidade e desanima os potenciais investidores no país. Ato contínuo, teremos que continuar a lidar com o monopólio da Petrobras.

O quinto ponto refere-se ao PL sobre o ICMS. Neste sentido, Bolsonaro até quando acerta acaba errando. O modelo tributário hoje vigente é realmente ruim e acaba induzindo uma convergência de preços e pouca competição no varejo. Mas hoje o ICMS representa uma parcela substancial da arrecadação dos Estados (há alguns que chegam a 25%). Tratar deste assunto fora de uma **Reforma Tributária** ampla é só criar um caos nas contas públicas estaduais.

Finalmente, há que se destacar que a fala de Bolsonaro também induziu os agentes econômicos a entenderem que o risco país se elevou, uma vez que ele finalmente assumiu seu caráter intervencionista na economia. Não por outra razão, a bolsa caiu e os juros futuros e dólar se elevaram (este último responsável, inclusive, pelos aumentos do preço do petróleo). Bancos estrangeiros como Morgan Stanley e Bank of America cortaram a recomendação para investir no Brasil e corretoras nacionais, como a XP, mudaram a recomendação da Petrobras de neutra para venda.

A fala populista e irresponsável do nosso presidente pode agravar a crise econômica que vivemos e, por mais contraditório que possa parecer, exigir mais medidas populistas nos próximos 22 meses para que consiga se reeleger. E o mais tragicômico desta história é que os que estão apoiando seu comportamento neste caso é a dita oposição de

esquerda (também fortemente intervencionista) e os seus apoiadores do centrão, que não terão o mínimo pudor em abandoná-lo, caso a economia começar a afundar de uma vez por todas.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/cleveland-prates/2021/02/24/irresponsabilidade-populista-de-bolsonaro-saira-carro-para-toda-a-sociedade.htm>

Tabata Amaral: Contrapartida a auxílio emergencial vai acabar com o Fundeb

NOTÍCIA

A proposta de compensar os gastos com auxílio emergencial recorrendo à desvinculação dos recursos para a Educação e Saúde, que hoje têm percentual mínimo obrigatório no Orçamento, acendeu a luz vermelha no Congresso. Com atuação voltada para tentar melhorar a qualidade do ensino brasileiro, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) critica a ideia e deixa claro qual será o prejuízo causado se for aprovada. Isso vai acabar com o Fundeb, avalia.

Como resultado final, municípios brasileiros com poucos recursos não teriam dinheiro sequer para pagar os professores ou fazer obras de infraestrutura nas escolas.

A desvinculação foi incluída na PEC Emergencial, costurada entre Executivo e Legislativo, e começará a ser discutida pelo Senado. Tabata acredita, no entanto, que os defensores da manutenção do atual modelo sairão vencedores, assim como aconteceu na votação do novo Fundeb.

Nessa entrevista à coluna, a deputada refuta o conceito de que a Educação brasileira tem dinheiro demais e que se tivesse uma gestão melhor poderia gastar menos. A análise justa, correta, honesta do ponto de vista intelectual, é olhar o volume de investimento por aluno, diz ela. Nesse parâmetro o Brasil tem um investimento muito baixo.

UOL - Como a sra. avalia a proposta de acabar com a vinculação de verbas no Orçamento para Educação e Saúde como contrapartida para concessão do auxílio emergencial?

Tabata Amaral - É uma proposta bastante absurda. Quando a gente fala em desvinculação, especialmente na área da Educação, estamos falando na verdade de uma grande despriorização.

Acho que esse é o momento mais desafiador que a nossa Educação já enfrentou nos últimos 30 anos, desde a redemocratização. Estamos falando de uma volta às aulas que é incerta em muitas localidades, que é custosa porque a gente precisa de revezamento, de modelo de ensino híbrido, todo o cuidado sanitário que leva a um aumento de custos. Não são todos os profissionais que conseguem voltar nesse momento,

vamos precisar de contratação adicional.

Estamos falando de aprofundamento da desigualdade na Educação, no aumento da evasão, o desestímulo, a exclusão dos jovens, especialmente aqueles que moram em periferias, em favelas. Então, em um dos momentos que a gente mais precisa olhar para a Educação, em que os custos tendem a aumentar, e que a gente precisa entender de uma vez por todas que a Educação é a única resposta no médio e longo prazo em termos de recuperação econômica e desenvolvimento, essa proposta vai na direção oposta.

É absurdo, preocupante, é um tiro no pé do nosso desenvolvimento social e econômico. Acaba com o Fundeb, que foi resultado da luta de toda a sociedade. Acaba com o Fundo de Ciência e Tecnologia, é catastrófico.

O risco de acabar o Fundeb, na eventual aprovação dessa proposta, é algo real, então?

Não é um risco, é um fato. Não só a PEC congela os recursos do Fundeb até 2024, mas ao acabar com a vinculação dos recursos para a Educação inviabiliza esse fundo.

O Fundeb nada mais é que a distribuição dos recursos vinculados à Educação. A gente acabaria com todos os avanços, acabaria com toda essa política pública que é tão importante para a Educação.

A gente vai ver municípios que não vão ter recursos para pagar professores, transporte escolar, investimentos relacionados a infraestrutura. É tão absurdo que eu custo a acreditar que essa proposta realmente vá passar aqui no Congresso.

Alguns especialistas, políticos e analistas dizem que o problema da Educação brasileira é gestão, já que o volume de recursos seria até bastante alto. Como a sra. responde a essa argumentação?

Esse é um argumento equivocados, basta a gente olhar para os números. Muitas pessoas quando trazem esse argumento apontam para o percentual do PIB que o Brasil investe em Educação. A análise justa, correta, honesta do ponto de vista intelectual, é olhar o volume de investimento por aluno. Nesse parâmetro o Brasil tem um investimento muito baixo, ao contrário do que

as pessoas apontam quando trazem essa outra comparação.

Nos dias de hoje tudo é motivo de polarização, do BBB ao medicamento, mas essa é uma polarização antiga na Educação. Nós precisamos das duas coisas, ponto. Precisamos não só de gestão, mas também de recursos. Essa foi uma luta do novo Fundeb, porque temos municípios com recursos insuficientes para pagar funcionários, despesas do dia a dia. O novo Fundeb foi além dessa dicotomia. Garantiu mais recursos para a Educação, com incentivo para que municípios melhorem a qualidade de gestão.

Defendo muito a questão da conectividade, principalmente depois que tudo o que aconteceu. Ter acesso à conectividade hoje diz se você vai ter acesso à Educação ou não.

Muitas vezes eu ouço dessas mesmas pessoas: Tem escola que não tem saneamento e água . Sério que você vai ter coragem de fazer com que a população escolha entre água, saneamento e internet na escola, quando a gente não encarou as isenções tributárias, quando a gente não encara os supersalários, a gente não encara uma série de penduricalhos e privilégios, a gente não tem coragem de fazer reforma tributária?

Não é essa a discussão que está posta, se a gente vai tirar saneamento ou internet. Mas sim se a gente vai ter coragem de fazer as outras coisas que são importantes para que nosso investimento no futuro esteja garantido.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2021/02/24/tabata-amaral-contrapartida-a-auxilio-emergencial-vai-acabar-com-o-fundeb.htm>

TCU pode investigar mudança

AUGUSTO FERNANDES

A participação do presidente Jair Bolsonaro na mudança da chefia da Petrobras já é alvo de pelo menos duas ações judiciais e a conduta dele ao determinar a substituição de Roberto Castello Branco por Joaquim Silva e Luna pode ser investigada também pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em uma representação enviada ao plenário da Corte, o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao TCU, afirma que Bolsonaro pode ter cometido crime de responsabilidade.

Segundo Furtado, o presidente usou o cargo de forma inadequada ao intervir no comando da estatal e agiu "motivado supostamente por interesses político-pessoais com fim eleitoral". De acordo com o subprocurador, Bolsonaro atentou contra a proibição na administração pública. Ele também disse que há "indícios de sobreposição de interesses particulares ao interesse público e desvio de finalidade do ato administrativo, com ofensa aos princípios constitucionais da legalidade e da moralidade" nas atitudes do mandatário.

"De certo, o Presidente da República possui suas atribuições e escolhas a serem realizadas. Porém, ao que parece, a medida possui viés eleitoral. A intervenção na estatal - qualquer que seja ela, seja aumento ou diminuição de **impostos**, seja troca de altos escalões - com fins eleitorais é ilegal. Não se pode colocar interesse eleitoral acima do interesse público", ponderou.

Furtado sugeriu ao TCU que seja suspensa a troca da presidência da Petrobras até que o plenário discuta o tema e que o Tribunal apure a conduta de Bolsonaro ao anunciar o corte de cobrança de **impostos** federais sobre o gás de cozinha e sobre o diesel. Outro pedido é o de que seja investigada a fala de Bolsonaro sobre "meter o dedo na energia elétrica". CVM e Justiça Federal Um processo sobre a mudança na Petrobras também está em curso na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por conta da brusca queda das ações da companhia na Bolsa de Valores de São Paulo na sexta-feira passada - naquele dia, a empresa perdeu R\$ 28,2 bilhões de valor de mercado -, influenciada pelas declarações de Bolsonaro. O site da CVM diz que se trata de uma investigação sobre notícias, fatos relevantes e comunicados. Segundo o órgão regulador, qualquer ato ou fato relevante relacionado a empresa com ações na bolsa capaz de influir "de modo ponderável" no desempenho da

companhia tem de ser **comunicado** ao mercado por um diretor de relações com investidores. Além disso, há um inquérito na Justiça Federal. Por determinação do juiz André Prado de Vasconcelos, da 7ª Vara da 1ª Região, em Belo Horizonte, Bolsonaro, a União e a Petrobras têm até quinta-feira para se manifestar sobre o caso.

Decisão no caso Flávio põe em risco provas e prisão de Queiroz



O advogado Frederick Wassef (tela do centro, fila inferior) acompanha sessão no STJ Reprodução

Ítalo Nogueira - rio de janeiro

O possível efeito cascata provocado pela decisão da Quinta Turma do STJ de anular a quebra de sigilo bancário e fiscal do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos) é o que mais preocupa investigadores do caso das "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

A própria denúncia já protocolada contra Flávio também pode ter como destino o arquivo. Eventual nova acusação dependeria de provas colhidas a partir de uma nova decisão judicial autorizando o acesso aos dados bancários do filho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e de seu suposto operador financeiro, Fabrício Queiroz.

Mas a decisão do STJ ameaça provas colhidas que não podem ser apreendidas de novo, como celulares e comprovantes bancários. Para o MP-RJ (Ministério Público do Rio de Janeiro), elas corroboram os indícios das "rachadinhas" expostos pelos dados das contas dos investigados.

Isso porque foram autorizadas com pedidos da Promotoria com base nos dados da quebra de sigilo bancário, agora considerados ilegais.

"Agora deu ruim", disse em áudio o pai da ex-assessora Luiza Souza Paes ao ver a notícia sobre a movimentação financeira de Queiroz.

"Comecei a tirar R\$ 1.400", escreveu a ex-assessora Flávia da Silva em comprovante de transferência a Queiroz, indicando o seu salário real, debitado o valor repassado ao policial militar aposentado.

A própria prisão de Queiroz, hoje em regime domiciliar,

está sob risco. Foi decretada com base em mensagens e anotações apreendidas com sua mulher, Márcia Aguiar. A autorização das buscas teve como fundamento as quebras de sigilo agora anuladas.

Outra importante prova ameaçada são os dados telemáticos obtidos com pedido feito pelo MP-RJ baseado nas quebras de sigilo bancário. Eles permitiram aos investigadores mostrarem, pelo tráfego de dados de antenas, que os ex-assessores de Flávio só usavam seus celulares longe da Assembleia.

Esses dados, como os bancários, podem ser recuperados com outra ordem judicial.

Flávio foi denunciado pelo MP-RJ no ano passado sob acusação de peculato, lavagem de dinheiro, apropriação indébita e organização criminosa. Para os investigadores, ele liderava uma quadrilha que recolhia parte dos salários de ex-funcionários de seu antigo gabinete na Assembleia para benefício pessoal.

O total desviado dos cofres públicos, segundo o MP-RJ, foi de R\$ 6,1 milhões.

O efeito cascata ainda depende dos votos e acórdão a serem publicados. Ele pode ser determinado diretamente pelo STJ ou ser debatido no Órgão Especial do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), foro designado para analisar o caso do senador.

Na sessão desta terça-feira (23), os ministros do STJ não mencionaram o efeito imediato da decisão tomada.

A anulação em sequência também pode ser revertida por recurso apresentado pelo MP-RJ contra a decisão do STJ, a ser analisado pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Seria o primeiro ato do novo procurador-geral de Justiça, Luciano Mattos, no caso do senador, após intensa articulação política para ser nomeado para o cargo pelo governador interino, Cláudio Castro (PSC), aliado de Bolsonaro.

Nesse cenário, Mattos deve assumir novo protagonismo, já que a decisão atualmente vigente atribui ao procurador-geral a responsabilidade por

refazer a investigação contra o senador.

A quebra de sigilo bancário e fiscal de Flávio, Queiroz e outras 84 pessoas e nove empresas foi autorizada pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro.

A medida deu acesso aos dados financeiros dos investigados de janeiro de 2007 a dezembro de 2018, quando Queiroz esteve lotado no antigo gabinete de Flávio na Alerj.

Foi a partir dos dados bancários que os investigadores identificaram que Queiroz recebeu depósitos de 12 ex-assessores do hoje senador, que somavam R\$ 2,08 milhões.

Esses ex-assessores também sacaram R\$ 2,15 milhões, recursos que os promotores afirmam terem sido disponibilizados para a suposta organização criminosa.

O MP-RJ ainda identificou um depósito de Queiroz de R\$ 25 mil na conta de Fernanda Bolsonaro, uma semana antes de a mulher do senador quitar a entrada de um apartamento adquirido pelo casal.

Os extratos também são relevantes para demonstrar a tese de que o senador fazia seus gastos com dinheiro vivo, já que as contas do casal não registram pagamentos de **impostos** e serviços quitados.

Eles também apontam depósitos de R\$ 159 mil na conta de Flávio sem origem identificada entre 2014 e 2018.

Também estão na quebra de sigilo bancário os registros dos cheques de Queiroz e sua mulher para a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, que somam R\$ 89 mil.

A discussão desta terça girou em torno da fundamentação de Itabaiana para a quebra de sigilo bancário e fiscal.

A decisão foi atacada por advogados do caso por apresentar os fundamentos. A justificativa do juiz toma um parágrafo do documento, adotando as razões expostas pelo MP em 87 páginas.

Em junho de 2019, ao autorizar a quebra de sigilo de outros investigados, aprofundou a fundamentação para as medidas cautelares deferidas dois meses antes.

Os ministros entenderam que a fundamentação, como feita, não tem validade jurídica.

O debate jurídico para tentar salvar as provas contra Flávio também depende de dois processos pendentes.

A Quinta Turma do STJ ainda precisa analisar a legalidade do compartilhamento de provas pelo Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras) como MP-RJ no caso, bem como da autoridade de Itabaiana de emitir decisões, considerando que o TJ-RJ entendeu que o senador tinha direito a foro especial.

Se o senador ganhar esses recursos, as provas ficam em situação ainda mais frágil.

O relatório do Coaf foi a origem da investigação contra o senador. Nele, o órgão descreveu movimentação financeira atípica de Queiroz em 2016. Além do volume que passou pelas contas do ex-assessor no período (R\$ 1,2 milhão), chamou a atenção ter recebido depósitos em espécie sempre em datas próximas ao pagamento de salário da Alerj.

Os advogados de Flávio dizem que o relatório tem detalhamento excessivo, assemelhando-se a quebra de sigilo bancário. E apontam que o MP-RJ orientou o Coaf a fazer pedidos às instituições bancárias, o que consideram ilegal.

O MP nega ter agido fora das regras.

O emaranhado de debates judiciais, certamente, adia ainda mais a eventual mudança de status criminal do senador de acusado para réu, caso o Órgão Especial aceitasse a denúncia contra ele.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49447>

Bolsonaro obriga postos a informar composição dos preços

Ricardo Delia Coletta e Diego Garcia BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO

O presidente Jair Bolsonaro assinou decreto que obriga postos de gasolina a informar a composição do valor cobrado por combustíveis.

O decreto determina que os postos revendedores deverão fixar um painel em seus estabelecimentos, em local visível, com os valores estimados do 1CMS e de **tributos** federais que incidem sobre combustíveis.

O quadro informativo deverá conter o preço de referência para o 1CMS e o valor da PIS/Cofins, além do da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico). Também deverá estar visível no posto o valor médio regional no produtor ou no importador.

De acordo com a Secretária-geral da presidência, o objetivo é que os consumidores tenham "mais clareza dos elementos que resultam no preço final".

"isso dará noção sobre o real motivo na variação de preços. O decreto também obriga os postos a dispor informações sobre os descontos vinculados ao uso de aplicativos de fidelização", diz a Secretária-geral.

Os postos terão dificuldade para cumprir o decreto, segundo análise da federação da categoria.

A análise dos postos é que eles são substitutos tributários, pois o recolhimento dos **impostos** é feito em elos anteriores da cadeia de distribuição, o que impede o detalhamento pedido pelo presidente.

A categoria compra o combustível das distribuidoras, que por sua vez adquiriram das refinarias. Ou seja, segundo os postos, quando eles recebem a gasolina e o diesel, os **impostos** já foram recolhidos.

Assim, para conseguirem informar a composição dos valores, os postos precisariam ter essas informações nas notas fiscais emitidas anteriormente.

Bolsonaro enfrenta pressão pela alta no preço dos combustíveis, principalmente de caminhoneiros que se queixam das variações do valor cobrado pelo diesel. O medo do Planalto é que a insatisfação da categoria - próxima a Bolsonaro- leve a nova greve, como a que paralisou o Brasil em 2018. O presidente costuma se

defender responsabilizando o 1CMS, cobrado por estados.

Bolsonaro enviou ao Congresso projeto que prevê a unificação das alíquotas do imposto, mas a ideia sofre resistência de estados que perderiam arrecadação.

Em meados de fevereiro, Bolsonaro chegou a pedir a seus seguidores nas redes sociais que abastecessem seus veículos com R\$ 100 e compartilhassem a nota fiscal. O objetivo do presidente era questionar o 1CMS dos combustíveis cobrado pelos estados.

Em outra frente, ele prometeu zerar **tributos** federais sobre o diesel durante dois meses e determinou a troca do atual presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, pelo general Joaquim Silva e Luna.

R\$ 4,62

é o preço médio da gasolina nos postos do estado de São Paulo, segundo a ANP

R\$ 3,82

é o preço médio do litro do diesel no estado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49447>

"Acabou a ilusão do liberalismo de Bolsonaro" - CENÁRIO

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de demitir Roberto Castello Branco do comando da Petrobrás "acabou com a ilusão de que o suposto liberalismo econômico do governo levaria à retomada do crescimento". A conclusão é do economista e consultor Affonso Celso Pastore, e vem com uma ironia: "Fixar preço de petróleo não é como fixar o preço do misto- quente".

O presidente, diz ele, mostrou que "não tem nenhum compromisso com a democracia, com o Brasil e com a melhoria das condições de vida da população. Visa, apenas, a votos para a sua reeleição em 2022". Com um olhar veterano - 81 anos, tendo passado, entre outros, pelo comando do Banco Central e da Secretaria da Fazenda paulista -, o professor e doutor em Economia pela USP adverte para duas prioridades que o País tem hoje: vacinar, vacinar, vacinar e buscar com urgência o equilíbrio fiscal.

No entanto, nesta entrevista para o programa Cenários, parceria do Estadão com o Banco Safra, o que temos hoje é "uma política fiscal completamente aleatória e errada" - e o resultado disso é que os dólares de que o Brasil tanto precisa, em investimentos, "estão indo para outros países emergentes". A seguir, os principais trechos da conversa.

I Como o sr. avalia a decisão de Bolsonaro de demitir o presidente da Petrobrás?

Com a demissão de Roberto Castello Branco da Petrobrás acabou-se a ilusão de um suposto "liberalismo econômico" do governo Bolsonaro que levaria à retomada do crescimento.

Fixar o preço do petróleo não é como fixar o preço de um mistoquente.

Ao repassar para os preços domésticos as variações do preço internacional do petróleo, a Petrobrás elevava os lucros e atraía capitais externos, o que ajudava a recuperar a economia. Se o governo ainda tivesse uma pálida sombra do liberalismo que propagava durante a campanha eleitoral, teria de deixar a empresa livre para fixar os preços no mercado interno, respondendo às variações internacionais.

I E que impacto essa mudança trará para a política e a

economia do País?

Bolsonaro não é liberal, e sim um populista, semelhante a Victor Orbán, na Hungria, (Recep) Erdogan, da Turquia, (Vladimir) Putin, na Rússia, com propensão a ser um ditador, como (Nicolás) Maduro, na Venezuela. Não tem nenhum compromisso com a democracia, com a melhoria das condições de vida da população. Visa, apenas, à sua reeleição em 2022 e proteger-se contra o impeachment.

I Como ex-presidente do Banco Central, nos anos 80, de que forma avalia a nova norma que cria um BC realmente independente?

Essa independência agora aprovada é no sentido de que seus diretores têm mandato fixo e não coincidente com o do presidente da República.

Há um outro conceito de independência - que aqui já existe -, estabelecido muitos anos atrás pelo (economista) Stanley Fisher e que enfatiza a independência no uso dos instrumentos. O que isso quer dizer?

Que para um BC poder cuidar da política monetária, tem de ter liberdade total para mexer na taxa de juros.

Quando o Arminio Fraga presidiu o banco (1999 a 2003), e entramos no regime de metas de **inflação**, o governo deu informalmente essa liberdade ao BC. Mas o presidente do banco continuava passível de demissão pelo presidente da República.

I E para que isso serve, na prática?

Isso significa que o BC pode fazer a política monetária, que é condição essencial para que o País cresça. O controle da **inflação** é fundamental. A propósito, quero lembrar que o Roberto Campos criou - no governo Castello Branco - o BC independente, em que seu presidente teria mandato fixo e não coincidente com o do presidente da República.

Mas aí colocou o Dênio Nogueira na sua presidência e usou todos os argumentos possíveis para convencer o sucessor de Castelo, o general Costa e Silva, a manter o Dênio. Não conseguiu.

Como ele conta no seu livro A Lanterna na Popa, o

sucessor lhe perguntou por que deveria manter o Dênio e o BC independente. "Porque ele é o guardião da moeda", disse Campos.

Eu presumo que Costa e Silva tenha batido no peito e dito: "O guardião da moeda sou eu!". E a independência do BC foi jogada às urtigas e a diretoria toda demitida. Queriam, sim, interferir na política monetária.

I Houve alguma época em que o Brasil praticou de fato o equilíbrio fiscal?

Houve, e começou em 2002. Quando ocorreu o Plano Real, o BC emitia moeda para financiar déficits - e a dívida pública já era muito alta. O FHC e o Pedro Malan, ministro da Fazenda, compreenderam isso e decidiram criar aquele regime do "tripé da política econômica". Metas de **inflação** e metas de superávit primário de modo a **estabilizar** ou reduzir a relação dívida/**PIB**. Eles cumpriram isso, mas não para o controle dos gastos.

I E aí vieram os aumentos de **impostos**.

Sim, aumento de **impostos**. E isso tem um custo econômico, pois, a cada imposto ou alíquota que você cria, prejudica a eficiência econômica e reduz o crescimento. Aquele regime de metas durou até 2014. Aí a Dilma decidiu sair do regime de superávit primário, gastou e gerou déficits. Resultado: o Brasil, já promovido a grau de investimento, perdeu essa classificação em 2015.

I É possível fazer hoje uma projeção do crescimento da economia mundial?

Você não tem uma resposta para isso.

Você nunca viveu antes uma pandemia.

O que sabemos, e é muito pouco, é que a pandemia atua do lado da oferta e do lado da procura. Da oferta, botou todo mundo em casa, impediu fábricas de funcionar, mexeu na demanda e na oferta. Nos modelos econômicos, esse fenômeno não é conhecido por ninguém.

I Tem algum caminho para que o País possa voltar a crescer?

Para isso precisamos de duas coisas.

Uma, a vacinação eficaz, rápida, pra que se possa voltar ao mais próximo possível de uma vida normal. A segunda coisa: precisamos de estímulos econômicos. Mas estamos falhando na vacinação e, com o desequilíbrio fiscal que temos, não podemos pensar

num pacote fiscal como o dos Estados Unidos. Eles chegaram a US\$ 1,9 trilhão, 10% do **PIB**. Podem fazer isso porque não têm o problema da sustentabilidade da dívida.

I Mas que medidas deveriam ser tomadas no curto prazo?

Vacinar, vacinar. Mas o presidente e o ministro da Saúde foram negligentes, negacionistas nessa questão da vacina.

A segunda coisa a fazer é tomar cuidado com a política fiscal. E mais: é impossível, com desemprego alto e a distribuição de renda assimétrica que temos, não ter uma ajuda emergencial para as pessoas atingidas.

I Qual a possibilidade de uma CPMF digital? O governo brasileiro jamais conseguiu, na sua história, cortar custos.

Fizemos a reforma da Previdência.

Ela cortou. E precisamos de uma reforma administrativa. Ela também corta.

Quanto à uma nova CPMF, a única vantagem é que é fácil de recolher.

Mas é injusta, impopular. O que precisamos é de um consenso político. Para isso, no entanto, se precisa de uma liderança política. Coisa que o nosso presidente, infelizmente, não tem.

I Não tem, de fato.

Ele perde as estribeiras, xinga as pessoas, diz que é preciso ser macho para enfrentar a pandemia... As coisas não se resolvem com essas bravatas.

Resolvem-se com planejamento, articulação política, diagnóstico. É como o médico. Médico não sai dando remédio ao paciente a torto e a direito, primeiro faz um diagnóstico da doença.

E só depois começa a executar.

I Existe alguma brecha, algo que possa trazer um alento ao País? O excesso de liquidez, o capital procurando algum lugar para aterrissar...

Eu preparei um trabalho pegando 20 países emergentes, o Brasil entre eles. Há uma arrogância de gente afirmando que essa liquidez só pode vir para um lugar, o Brasil... Ela foi provocada pelos Estados Unidos, que em maio de 2020 baixaram os juros a zero e compraram US\$ 2,5 trilhões em títulos públicos.

Pois eu acompanhei a taxa de câmbio do Brasil e a desses emergentes, que - com exceção de Turquia e África do Sul - seguiram o dólar.

Aí, o dólar enfraqueceu, eles se fortaleceram.

O real só se depreciou de lá para cá. E tem capital que está saindo daqui. Para onde? Para outros países emergentes.

I E o que isso significa?

Estamos vivendo com um real fraco, hoje em torno de R\$ 5,40 (por dólar). Isso reflete a percepção de risco da nossa economia. E qual é a origem desse risco? É o fato de termos uma política fiscal completamente aleatória e errada. Se consertarmos, não tenho dúvida de que esses capitais vão voltar, comprando ações, imóveis. O que exige coordenação política e liderança - mas estamos bem longe disso.

I Em suma, temos um quadro com o mundo se recuperando aos poucos e o Brasil ficando para trás?

Há alguns dias o FMI publicou umas projeções de crescimento.

Na China, o **PIB** caiu só por um trimestre e agora eles crescem. Ainda na Ásia, você olha para Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia, aquela área ganhou de 10 a 0 dos Estados Unidos. Neste ano, veio o Joe Biden, com uma visão a favor de um apoio fiscal, "tá" fazendo um impulso enorme. A Europa, liderada pela Angela Merkel, aprovou um pacote de investimentos para aumentar a produtividade dos menos desenvolvidos, como Polônia, Espanha, Itália. A América Latina está atrasada em relação ao resto do planeta, e o Brasil junto com ela.

I O que o sr. considera relevante aí pela frente, para dizer aos mercados financeiros e para o governo?

Em um livro que estou acabando de ler, *Radical Uncertainty*, os autores, Mervyn King (ex-BC americano) e John Kay, tratam da incerteza.

A pandemia, tipicamente, foi uma incerteza radical. Os empresários aceitam o desafio da incerteza.

Mas eles têm de sair da casca e começar a gritar no plano político.

I Não estão começando a fazer isso?

Vejo hoje uma retração como nunca vi antes. O sujeito escreve um artigo dizendo "olha, não chacoalha muito, um dia o Bolsonaro vai embora..." O empresariado tem de se posicionar, olhar para o futuro do País. Não só o

dele, o da empresa.

Acho que é preciso um pouco mais de proatividade no campo político para que a gente construa um País melhor. A superação do desafio não vem sozinha.

QUEM É

AFFONSO CELSO PASTORE ECONOMISTA E CONSULTOR

Diretor do Depto. de Economia da USP, foi presidente do Banco Central (1983-85) e secretário da Fazenda de SP (1979-83). É sócio-fundador da A.C.Pastore Associados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Maioria no Supremo é contra excluir ICMS da CPRB

Beatriz Olivon e Joice Bacelo De Brasília e Do Rio

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou para manter o ICMS na base da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). O julgamento foi retomado no Plenário Virtual há pouco mais de uma semana e a maioria foi formada ontem à noite. Faltava apenas o voto do ministro Luiz Fux para a conclusão da sessão.

O processo foi um dos temas tributários tratados recentemente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com o presidente do STF, ministro Luiz Fux. A maioria formada contra o contribuinte surpreendeu alguns tributaristas, que esperavam o mesmo resultado do julgamento que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins - apesar de haver uma diferença entre as teses.

Os advogados esperavam que o ministro Nunes Marques votasse pela exclusão, por causa de seus precedentes quando desembargador, que excluíram o ISS da base do PIS e da Cofins e também o ICMS da CPRB - caso em que replicou decisão da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No STF, ele votou para manter o imposto estadual.

No recurso ao STF, a empresa Midori Auto Leather Brasil questionou decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região (SP e MS). O TRF entendeu que o montante relativo ao ICMS integra o conceito de receita bruta para fins de determinação da base de cálculo da contribuição previdenciária.

A empresa alega que compete à União criar contribuição sobre o faturamento ou a receita bruta e, por isso, a decisão desrespeita o artigo 195 da Constituição. Já a União argumenta que o conceito de receita bruta deve ser o previsto na legislação, e não o da Constituição (RE 1187264).

Para o relator, ministro Marco Aurélio Mello, é incompatível com a Constituição Federal a inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB. O ministro afirma em seu voto que o tema não é novo e ele mesmo já decidiu que o imposto não pode ser incluído na base de outra contribuição social, a Cofins. Depois o Plenário definiu, em 2017, a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

Ainda segundo o relator, para tentar distinguir o caso da CPRB dos precedentes, a União articula a facultatividade da sujeição ao regime substitutivo da CPRB, buscando flexibilizar a observância à moldura constitucional do tributo. "O argumento seduz, mas não convence", diz ele em seu voto, que foi seguido pelo ministro Ricardo Lewandowski e pelas ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber.

O ministro Alexandre de Moraes divergiu. Para ele, a Emenda Constitucional nº 42, de 2003, inaugurou uma nova ordem previdenciária, ao inserir o parágrafo 13 ao artigo 195 da Constituição-alteração que permite a instituição de contribuição previdenciária substitutiva da incidente sobre a folha de salários e pagamentos. Diante da autorização constitucional, foi editada a Lei nº 12.546, de 2011, e criou-se a CPRB, um benefício fiscal facultativo.

"De acordo com a legislação vigente, se a receita líquida compreende a receita bruta, descontados, entre outros, os **tributos** incidentes, significa que, contrário sensu, a receita bruta compreende os **tributos** sobre ela incidentes", afirma.

Ele acrescenta em seu voto que permitir que a recorrente entre ao novo regime abatendo do cálculo da CPRB o ICMS ampliaria "demasiadamente" o benefício fiscal. O entendimento foi seguido pelos ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Nunes Marques e Luís Roberto Barroso.

O ministro Luiz Fux não votou até o fechamento da edição e pode suspender o julgamento com um pedido de vista. O término estava previsto para ontem.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186704

Ipea aumenta expectativa de inflação

Natália Bosco*

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elevou para 3,7% a previsão da **inflação** brasileira para 2021, de acordo com a Nota de Conjuntura divulgada ontem. Na última publicação, em dezembro de 2020, o instituto projetava uma taxa de 3,5%. Segundo especialistas, o aumento é motivado pela **inflação** corrente um pouco mais elevada, estabilização das cotações internacionais de commodities em nível acima do projetado anteriormente, e taxa de câmbio média mais alta que estimada em dezembro.

Com base nesses fatores, o documento do Ipea explica que tanto a projeção de **inflação** de alimentos no domicílio quanto a dos demais bens livres foram revisadas para cima. No caso dos alimentos, a alta projetada passou de 3,0% para 4,4%, enquanto a variação dos demais bens livres avançou de 2,7% para 3,0%.

Em relação aos serviços livres, apenas as expectativas de **inflação** da educação não recuaram. No geral, no setor de serviços livres, as taxas passaram de 4,0% para 3,6% devido à desaceleração da demanda observada desde o fim do ano passado. "Nota-se, entretanto, que, apesar da redução das projeções de **inflação**, esse segmento deve encerrar o ano com uma variação acima da observada em 2020 (1,8%), constituindo-se no principal fator de alta do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2021", diz o estudo.

Os preços administrados, que incluem as tarifas da energia elétrica e dos combustíveis, também devem exercer uma pressão maior sobre a **inflação** durante o ano. De acordo com a previsão da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac), do Ipea, a alta projetada para esse grupo de preços é de 4,4%. Em dezembro, essa projeção era de 4,0%.

Além disso, a nota também informa que as estimativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sinalizam uma desaceleração em 2021, comparativamente a 2020. "O INPC deve encerrar o ano com variação de 3,4%, sendo pressionado, sobretudo, pelos preços administrados (4,8%), em especial, energia elétrica e transporte público. No caso dos alimentos no domicílio, grupo de grande peso na constituição do INPC, a previsão para o ano é de alta de 4,7% - bem abaixo da observada no ano passado (18,9%)", explica trecho do estudo.

Bolsonaro e a caixa de Pandora - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Bolsonaro não está sozinho na intervenção na Petrobras. Apesar das críticas de analistas e da reação negativa de investidores, há vozes favoráveis à mudança na política de preços de combustíveis, com a visão de que estes deveriam refletir o custo interno corrente de produção (como se não houvesse dívida do investimento feito a ser honrada), e não os preços internacionais.

Com preços artificialmente baixos, a Petrobras teria de elevar sua capacidade de refino, pois o Brasil não é autossuficiente - no diesel, a importação representa 24% do consumo e na gasolina, 12%, na média de 2017-20. Além disso, investimentos privados, como a aquisição de refinarias da Petrobras, ficariam comprometidos. O pouco interesse nos leilões recentes da empresa já refletiu o temor de intervenção no setor.

Abraçar esse modelo seria a volta a um passado que não deu certo. Os governos petistas combinaram o represamento de reajustes de preços e o investimento em refinarias, dilapidando a empresa. Tudo isso sem a garantia de que os preços internos seriam mais baixos no futuro, tendo em vista as várias ineficiências da ação estatal, sem contar o flanco aberto para a corrupção.

Usando o jargão dos economistas, há um "custo de oportunidade" elevado de não seguir os preços internacionais: a receita perdida pela empresa, que poderia ser utilizada para investimentos e pagamento de dividendos à União, e a necessidade de projetos de retomo duvidoso. Investir recursos públicos em refinarias, que poderiam ser privadas, não seria adequado diante de tantas carências em áreas que cabem ao Estado. Erro ainda maior no contexto atual de grave crise fiscal.

Aquilo que é visto como um benefício aos consumidores hoje significa perdas para todos no futuro. E foi de tanto focarmos no curto prazo que sacrificamos gerações.

Aparentemente, a intenção do governo é algo intermediário, "apenas" limitando pontualmente a alta de preços. A motivação seria atender a pressões de caminhoneiros, que, di-ga-se de passagem, não estão

no grupo dos que mais sofrem com a atual crise. Basta citar o aumento de 2,2% no movimento pesado nas principais praças de pedágio em janeiro em relação ao observado um ano antes, enquanto as vendas de diesel subiram 16% em 2020.

Pode ser também que o presidente, mirando 2022, esteja reagindo à queda de aprovação do seu governo, conhecedor de que importante parcela da sociedade é fav do de um 2020 que não termina para 2022.

Para alguns, não haveria pecado nisso, pois presidentes anteriores o fizeram. Desculpa torta. O que se espera dos governantes é o amadurecimento e a evolução da agenda econômica. Repetir erros tem outro nome: retrocesso.

Mesmo que pontual, a ação de Bolsonaro abre uma caixa de Pandora -aquela caixa da mitologia grega que, uma vez aberta, libera um arsenal de desgraças e males. Quebrar uma importante regra do jogo implica mais insegurança nos investimentos. Custo-Brasil na veia. As consequências não são apenas para o médio e longo prazos. Parte da fatura é para já, com a piora da confiança de empresários e investidores e a deterioração dos cenários para dólar, inflação e juros. Tudo o que o País não precisa no momento.

A decisão ainda revela um presidente que desconhece as consequências econômicas de suas decisões sobre a estatal e a economia, e que não tem projeto de governo ou agenda econômica estruturada. Um governante desorientado em meio à tempestade.

A propósito, se esse tema era tão importante para o governo, por que não estudou formas de suavizar preços com políticas públicas que não prejudiquem a Petrobras e as demais empresas do setor? Propostas havia, como a de fazer um fundo de estabilização, de Adriano Pires.

Ao menos os freios e contrapesos reagem, apontando o desrespeito à Lei das Estatais, às regulações de mercado e ao interesse de sócios minoritários da estatal, o que é positivo. A ver a resposta do presidente. Deveríamos, no entanto, estar discutindo uma agenda progressista para o País, e não os próximos passos do governante, se irá recuar ou dobrar a aposta.

Com o desastre, Pandora fecha a caixa, onde fica guardada a esperança.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Especialistas criticam fim do piso para saúde e educação

BRUNO ALFANO bruno.alfano@extra.inf.br

A aprovação da PEC Emergencial como proposta pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC) desmonta serviços essenciais de saúde e diminui a oferta na educação, na avaliação de especialistas em financiamento dessas áreas. O dispositivo da PEC, atualmente no Senado, prevê acabar com a exigência de gastos obrigatórios com saúde e educação.

Embora a desvinculação não signifique corte de recursos, ela deixa nas mãos do Congresso a decisão sobre quanto será alocado, e os especialistas temem que isso resulte em verba menor.

A Constituição diz que estados devem destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação. Municípios têm de gastar 15% da receita com saúde e 25% com educação. No caso do governo federal, o piso de gastos nas duas áreas não pode cair e ainda deve ser corrigido pela inflação do ano anterior.

No caso da Saúde, o orçamento proposto para 2021 é de R\$ 126 bilhões, R\$ 32 bilhões inferior ao de 2020 (quando recebeu créditos extras por causa da pandemia) e R\$ 44,9 bilhões a menos do que o necessário, segundo o Conselho Nacional de Saúde.

- Esse é um quadro desastroso, e a PEC Emergencial consegue piorá-lo ainda mais. Do ponto de vista financeiro, essa medida tende a agravar o desfinanciamento do SUS no momento em que a sociedade mais precisa dele - avalia Carlos Ocké, economista do Ipea especializado em saúde coletiva.

Para Ocké, este ano o orçamento da saúde deveria ficar fora do teto de gastos, devido ao recrudescimento da pandemia e à necessidade de vacinação em massa para a retomada da atividade econômica.

-Com a PEC, a tendência é piorar o gasto público, e as famílias serem ainda mais penalizadas diante do sucateamento no SUS-diz Ocké. - Cada real aplicado na saúde tem um retomo de R\$ 1,70 na economia. Aumentar gastos na área significa aliviar as famílias com remédio, médico e plano de saúde.

Já a educação tem orçamento previsto de R\$ 144 bilhões, 2% a menos do que em 2020. Hoje, 2.377 dos municípios vivem situação de subfinanciamento na

área - problema que seria resolvido até 2026 quando a complementação da União ao Fundeb chegasse a 26%, o ponto máximo, como prevê a lei aprovada em 2020.

FUNDEB PODE ENCOLHER

No entanto, segundo Lucas Hoogerbrugge, gerente de Estratégia Política da organização Todos pela Educação, essa conquista fica em risco com o fim do piso constitucional de investimento em educação. Isso porque os dispositivos que regulamentam o Fundeb ficam desregulados com essa mudança.

-A consequência disso é que o Fundeb pode ser menor, o que diminui a contribuição da União -afirma.

Segundo Hoogerbrugge, a falta do mínimo constitucional reduz a previsibilidade do Orçamento para o ano seguinte. Isso, segundo ele, inibe o gestor público a fazer investimentos de médio e longo prazos. Dessa forma, fica em risco a ampliação de serviços essenciais, como oferta de creche, pelos municípios, e de ensino médio integral ou profissionalizante, pelos estados: -Essas são etapas e modalidades que se mostraram extremamente relevantes para qualidade da educação e desenvolvimento dos jovens.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Vacinação lenta vai atrasar recuperação na AL

Andrew Rosati

A América Latina e Caribe, região onde o coronavírus causou os piores danos econômicos e mais de um quarto das mortes registradas no mundo, está agora sendo vítima da lentidão nas campanhas de vacinação.

Disputas políticas e gargalos na produção estão frustrando os esforços de vacinação no Brasil. O México luta para conseguir doses enquanto o número de mortes no país supera o da Índia. A Colômbia só começou a vacinar sua população na semana passada.

Essa lentidão, juntamente com o salto recente no número de infecções, poderá dificultar ainda mais uma recuperação econômica que já é lenta.

"Se a vacinação e as políticas de saúde pública não conseguirem reverter a tendência que estamos vendo nos últimos meses, essa recuperação certamente estará ameaçada", disse neste mês Alejandro Werner, diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Hemisfério Ocidental.

A recuperação econômica da América Latina já cambaleava depois de nova rodada de "lockdowns" em resposta ao aumento do número de casos por volta do Natal. Desde janeiro o banco JP Morgan Chase reduziu previsões de crescimento da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México no primeiro trimestre, citando preocupações com o aumento de casos de covid-19 e as novas restrições.

A economia da região encolheu mais de 7% no ano passado, segundo o FMI, a maior queda em todo o mundo. O Fundo prevê que o **PIB** da região só retornará aos níveis pré-pandemia depois de 2023 e este ano está começando de forma atribulada.

Em dezembro, as vendas no varejo no Brasil tiveram a maior queda já registrada no último mês do ano, apontando para uma recessão aguda na maior economia da América Latina. Enquanto isso, o México viu a recuperação perder força, depois de o crescimento do **PIB** desacelerar de 12,1% para 3,1% nos dois últimos trimestres de 2020.

A atividade deverá se intensificar mais para o fim do

ano, mas uma forte recuperação dependerá de maior disponibilização das vacinas nos próximos meses. Reforçando a importância de imunizações eficientes, os investidores já estão recompensando a única história de sucesso até agora na América Latina: o Chile, que caminha para vacinar 75% de sua população em apenas seis meses, segundo o Vaccine Tracker da Bloomberg.

Este mês, a agência Moody's Investors Service e o Banco Santander da Espanha revisaram para cima as previsões de crescimento para o Chile, distinguindo-o de seus vizinhos. Sua economia vai se recuperar aos níveis pré-pandemia seis meses antes que a maioria dos demais países da região, segundo Nikhil Sanghani, economista da consultoria Capital Economics.

O peso chileno vem liderando os ganhos entre as moedas regionais, tendo se valorizado mais de 3% no mês, em relação ao dólar.

Outros países da região estão longe disso. No ritmo atual, o Brasil levará dois anos e meio para alcançar o nível de vacinação de 75%, que, segundo especialistas, é o necessário para um retomo à normalidade. O México, por sua vez, levará 3,6 anos e a Argentina, mais de uma década. Por outro lado, os EUA devem alcançar a imunidade de rebanho até o fim do ano.

Esse panorama poderá melhorar nas próximas semanas, depois que alguns "problemas iniciais" com a vacinação começarem a ser resolvidos, disse Sanghani.

Os atrasos nas entregas levaram países que dependem muito de determinadas vacinas, como o México e a Colômbia, a correrem para assinar contratos de última hora com vacinas concorrentes. A Argentina está tentando produzir mais, localmente.

Depois de protelar por meses a realização de pedidos, o governo do presidente Jair Bolsonaro está ficando sem doses para a campanha de vacinação, o que já levou nove capitais, inclusive o Rio de Janeiro, a suspender a vacinação.

Mas os obstáculos ao esforço de vacinação não são todos autoinfligidos. Desde o começo, os países mais

pobres vêm sendo empurrados para o fim da fila pelos países mais ricos, que rapidamente firmaram acordos com as farmacêuticas ou estão confiscando vacinas produzidas em seus territórios para aplicar em seus próprios cidadãos.

Grande parte do Caribe e América Central ainda está semanas distante de iniciar suas campanhas. O primeiro-ministro da Jamaica, Andrew Holness, acusou os países ricos de "estocar" vacinas.

Economistas que analisam tendências de mobilidade estão se preparando para mais um golpe na atividade, causado pelo fechamento do comércio e o enclausuramento das pessoas em suas casas. Com exceção do Chile, eles continuam céticos com o relaxamento das restrições para o resto da região, em razão da lentidão das campanhas de vacinação e da distância dos grandes distribuidores de vacinas.

"Os países mais ricos compraram tudo o que podem, deixando apenas migalhas para os demais", disse Joan Domene, economista da consultoria Oxford Economics.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Bolsonaro fez estrago à segurança econômica, diz Legacy

Adriana Cotias De São Paulo

A intervenção do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras, que chegou a tirar quase 30% do valor de mercado da companhia em dois dias, foi um estrago à segurança econômica. Mas, se não houver uma guinada populista do governo, o episódio vai acabar perdendo força, segundo avaliação de Felipe Guerra, sócio-fundador da Legacy Capital. Para o gestor, os papéis da Petrobras, que já estavam descontados, poderiam valer duas vezes mais, se o país estivesse de fato num governo liberal.

"O presidente lida mal com a comunicação, poderia ter feito a troca do [Roberto] Castello Branco de diversas formas e foi feita da pior forma possível, um estrago à segurança econômica", disse, em entrevista ao Valor. Mas, pondera, há avanços em outros itens da pauta econômica para o mercado se apegar, como o encaminhamento para aprovar a PEC emergencial e o pacto federativo.

Com cerca de R\$ 21 bilhões em ativos, a casa não tinha posicionamento direcional em Petrobras. Na segunda-feira, o principal fundo da casa, o Legacy Capital FIC, teve queda de 1,08%. No mês, o retorno é de 77%, e em 12 meses, 12,85%.

A Legacy estreou no mercado em junho de 2018, em meio ao revés causado pela greve dos caminhoneiros. Guerra saiu da tesouraria do Santander, onde ficou 13 anos, e conseguiu atrair para o projeto dois ex-colegas de banco, o economista Pedro Jobim e Gustavo Pessoa, que tocava as operações de renda fixa na mesa proprietária do grupo espanhol no Brasil. Da Gap Asset veio José Eduardo Araújo, como sócio-sênior e executivo-chefe de operações. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: A intenção do governo de mudar o comando da Petrobras é um mau sinal para os ativos brasileiros? Como fica o cenário de investimentos após essa interferência?

Felipe Guerra: Tem coisas boas acontecendo e coisas ruins. O lado bom é a perspectiva favorável de vacinas contra a covid-19. O Brasil tem cultura, histórico de vacinação em massa, tem tudo para surpreender assim que tiver acesso. Tem um pipeline de suprimentos de vacinas e insumos chegando nas

próximas semanas, meses, e o Brasil, na hora que tiver quantidade disponível, vai vacinar muito rápido porque tem postos saúde espalhados no país inteiro. Por esse lado tem essa perspectiva de reabertura da economia. Outra coisa positiva, que não deu tempo de comemorar e o mercado surfar, foi a eleição no Congresso, com duas pessoas próximas ao Executivo para tocar a agenda e de cara aprovar a independência do Banco Central no momento zero de jogo. E caminhamos para aprovar a PEC [Proposta de Emenda Constitucional] emergencial e o pacto federativo a toque de caixa em três semanas. A live do [Arthur] Lira [presidente da Câmara] foi muito boa, ele pareceu transparente, tem tudo para o Senado entregar a emergencial e o federativo [leia a cobertura completa da Live do Valor na página A16]. Lira se comprometeu a andar em 15 dias com a pauta no Congresso, o que significa que em até três semanas pode haver um marco fiscal no país, o que é muito positivo. Lira também se mostrou comprometido com uma agenda meio parada, com a venda da Eletrobras e marcos legais para diversos setores. Parece um Congresso mais alinhando com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e tem também a vacinação. Do outro lado, tem a confusão com a Petrobras, o presidente lida mal com a comunicação do assunto, poderia ter feito troca do [Roberto] Castello Branco de diversas formas e foi feita da pior forma possível, um estrago à segurança econômica. A ação da Petrobras perdeu 30% do seu valor em dois dias. A comunicação e execução da troca foi muito ruim, péssima. E cercada dessa comunicação péssima, há sinalização de interferência no setor energia e a especulação de que vai subir imposto em outros setores.

Valor: Que mensagem essa ingerência passa para investidores?

Guerra: Todo mundo tem a impressão de que tem um cenário de cauda, que o governo pode dar uma guinada populista à esquerda de uma hora para outra. Nossa visão é que as coisas acontecem e depois se reorganizam, há um certo recuo porque tem um estrago tão grande. Já vimos episódios nesse governo parecidos. Pode ter a troca do presidente da Petrobras, mas se mantém a diretoria-executiva e o conselho. Petrobras está muito descontada, barata, por problemas de interferência política no preço dos combustíveis desde a greve dos caminhoneiros [em 2018, durante o governo de Michel **Temer**]. O múltiplo

EV/Ebitda [valor da empresa sobre a geração de caixa operacional] versus companhias russas, americanas ou europeias está muito descontado. E é uma empresa que gera caixa com o preço do petróleo ajustado agora da ordem de US\$ 35 bilhões, dá um 'free cash flow yield' [rendimento do fluxo de caixa livre] ao redor de 30%. É uma empresa que gera muito caixa, negocia muito barata e vai gerar mais caixa e vai ficando cada vez mais barata, pagando dívida, se desalavancando. Para manter o mesmo valuation hoje precisa subir muito. A condição de gerar caixa em dólares hoje é fenomenal e negocia com desconto por política. Se tiver paciência, no médio prazo... O que prejudicaria é se houvesse a percepção de que alguém vai roubar a empresa e esse caixa vai sumir ou se a empresa vai gastar capex [investimentos] em projetos com valor presente negativo, como foi no governo do PT, que construía refinarias com prejuízo enorme, gastava cinco vezes mais e hoje está vendendo a 20% do valor gasto no passado. Se capex for mal empregado ou houver desvio de recursos na empresa, vai ter problema porque não gera caixa. O caso base é que o presidente indicado [o general Joaquim Silva e Luna] é um cara que tem experiência, trabalhou com **Temer**, trabalha em Furnas, e vai seguir a política da empresa. Se trabalhar certo, mesmo que mude alguma coisa na forma de reajuste com internacional, ainda vai estar gerando caixa. A gente acha que o ativo tem muito valor. A ação, num governo liberal, de fato, estaria a duas vezes o preço na tela, perto de R\$ 60, R\$ 65, facilmente, mas tem desconto por causa da interferência política, sempre teve. O próprio governo **Temer** interferiu na greve dos caminhoneiros. Um boa ideia seria se conseguisse blindar a empresa para ela trabalhar numa paridade mais adequada, talvez a mesma solução do governo **Temer**, em que fizeram um fundo de estabilização: toda vez que subia gasolina, o fundo compensava o aumento de preço, e quando caía, se reabastecia novamente. Seria uma solução boa para conter a volatilidade dos preços internacionais do combustível, aí blindar a empresa e tira a questão da interferência política. Outra sugestão, como companhia boa geradora de caixa e superorganizada, seria um programa de recompra de ações, para mostrar confiança na companhia e na manutenção da política de preço, seria muito bem visto pelo mercado.

Valor: E com o vê o contágio desse episódios para os demais ativos?

Guerra: Uma novidade recente vem sendo o movimento internacional de valorização de commodities, estamos otimistas com petróleo e recuperação diante da reabertura econômica. A reinflação está de volta à discussão e o que se vê é pressão em diversos lugares. E o Brasil mudou a dinâmica, a **inflação** está pressionada, a nossa

projeção para este ano é de 4,60%, quase 100 pontos acima da meta do BC, que está demorando para ajustar os juros. O processo de normalização já deveria ter começado em janeiro, levando os jiros mais próximos do neutro, perto de 6%. A gente acredita que o BC vai começar o processo de alta de juros independentemente da questão da Petrobras. Se o BC já tivesse começado a subir a Selic, muito provavelmente o câmbio estaria mais calmo e haveria me nos essa discussão sobre a gasolina em dólar. Na medida em que o BC comece a normalizar os juros, a moeda fica com menos volatilidade e atrai mais compradores para o real trabalhando para preços menos desvalorizados.

Valor: Mas como fica a percepção de risco geral com maior interferência em estatais?

Guerra: Sim, aumenta a percepção de risco com essa confusão toda. Se houver uma guinada populista em todos os setores vai piorar tudo. O prêmio de risco piorou, ontem [segunda] subiu 30 pontos. Todo movimento populista tem um custo para o país e isso tem impactos no custo de crédito, na taxa de câmbio, na curva de juros de longo prazo, coloca mais pressão sobre as expectativas de **inflação**. O Brasil sempre viveu sob dois regimes. Quando se organiza, acaba gerando crescimento e **inflação** ancorada. Quando se desorganiza, tem recessão com **inflação** alta. Sempre viveu com o pé num dos dois lados. Se parte para o regime populista, a situação se desorganiza, tem pressão inflacionária e **PIB** baixo ou negativo. Se encaminha a agenda populista, mirando eleição - não é o que parece, estamos vendo sinais para outro lado com a PEC -, Petrobras é uma ótima empresa, tem solução como organização. Mas se continuar sendo populista, vai ter impacto no mercado.

Valor: E o fluxo de capital estrangeiro que vinha mostrando sinais de recuperação, tanto para ações como dívida, vai ser interrompido?

Guerra: Com a desorganização recente, todo mundo fica mais avesso a risco. O episódio atrapalha a dinâmica de atração de recursos estrangeiros para o país. Enquanto houver incerteza em relação a **impostos**, cumprimento de contratos, manutenção da política preços tradicionais, vai afugentar o investidor estrangeiro. Precisa baixar o tom, melhorar o discurso com relação ao que de fato quer mudar, se é que vai mudar alguma coisa, e com a maior transparência possível. Não dá para viver com tom de ameaça em diversos setores, todos os dias. Afeta o fluxo internacional e o local também.

Valor: A Legacy tinha Petrobras?

Guerra: Nada direcional, mas a gente gosta do ativo,

temos uma visão otimista sobre Petrobras, e à medida que conseguir entender a manutenção da política de preços... a gente acredita que a nova gestão não vai fazer capex com retornos negativos e também não vai caminhar com o desvio de empresa. Desde o governo **Temer**, teve evolução do estatuto da empresa, se tornou mais difícil para adotar práticas ruins do que se viu no passado. Os diretores, o conselho respondem com o seu próprio CPE Todos têm muito mais critério para aceitar qualquer capex ruim ou trânsito de recursos. A companhia é mais blindada de projetos ruins do que no passado. Com conjuntura internacional, a companhia exporta petróleo, vai ter US\$ 35 bilhões de Ebitda. Se dividir por 'market cap' [capitalização de mercado], tem um free cash flow yield de 25%, 30% em dólar. Que ativo no Brasil rende 30% em dólar? É uma ótima alternativa de investimento, mas tem muita volatilidade e a gente tende a ter posições menores do que gostaria.

Valor: O episódio Petrobras pode atrapalhar os planos de oferta de ações de algumas empresas?

Guerra: Esse é um pipeline que tem idas e vindas, com algumas janelas. Depende não só do clima, do ambiente local, mas também do internacional. Com ambiente externo favorável, essa janela vai continuar existindo, talvez num ritmo menor do que no começo do ano, mas a gente continua otimista com emissões de IPO.

- "O prêmio de risco piorou com essa confusão toda. Se houver guinada populista em todos os setores, vai piorar tudo"

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186704